



- 1 Ata n° 001/2018 da Audiência Pública para apresentação da proposta de
- 2 contrato de parceria público-privada para prestação de serviços de
- 3 iluminação pública no município de Barra do Garças
- 4 Aos 21 (vinte e um) dia, do mês de fevereiro, do ano de 2018 (dois mil e dezoito),
- 5 às 19h30, em sede própria, reuniram-se os Vereadores, autoridades municipais e
- 6 comunidade para a 1ª Audiência Pública do ano de 2018. A mestre de cerimônia,
- 7 Maria Auxiliadora da Silva Garção, diz: Boa noite a todos! Sejam todos bem-
- 8 vindos a esse nosso momento que é tão importante para o nosso município de
- 9 Barra do Garças, por essa razão está se realizando hoje, aqui nessa Casa de Leis,
- a audiência pública da parceria público-privada sobre iluminação pública. Então,
- neste momento nós vamos fazer uma pequena composição da mesa, mas não vai
- ser assim uma coisa tão formal, é só para vocês conhecerem um pouquinho das
- pessoas que estão à frente desse processo. Então, nós vamos convidar a presidente
- da mesa, Patrícia Parreira Saraiva, que é nossa secretária de administração. Cadê
- 15 as palmas gente! Nós vamos chamar o coordenador geral do evento que é o Dr.
- Mauro Gomes Piauí, o nosso secretário de planejamento. Jairo Marques Ferreira,
- 17 secretário de transportes e serviços públicos. Nós teríamos duas outras pessoas
- que estariam fazendo parte nesse momento, mas que não se fizeram presente.
- 19 Então, por essa razão a gente nem vai estar fazendo a indicação. E para representar
- esta Casa de Leis nós chamamos o Dr. Neto, vereador, representando a câmara de
- vereadores. Como nós agradecemos no início, todos nós somos super importantes
- 22 nesse processo. Então, nós que aqui estamos hoje vamos poder conversar um
- pouco sobre esse momento e poder fazer perguntas, sugestões. Inclusive nós
- temos um colega que vai estar entregando essas grandes filipetas para que vocês
- 2. Temos um corega que var estar em estar estas grantes impetas para que veces
- 25 possam estar escrevendo, caso queiram fazer a pergunta por escrito. Está certo?
- Que aí pode ficar com ela e no momento indicado vocês vão poder fazer as
- 27 perguntas. Marcelo! Neste momento nós passamos a palavra a nossa presidente
- da mesa que vai fazer uma pequena saudação. A presidente da mesa, secretária de
- 29 administração Patrícia Parreira Saraiva, diz: Boa noite a todos, senhores e
- 30 senhoras! Quero agradecer também pela presença de cada um que tirou um
- 31 pedacinho da noite para estar aqui conosco. Nós vamos falar um pouquinho do
- 32 projeto da PPP. Vou passar para o nosso secretário de planejamento, Dr. Mauro
- Piauí. O coordenador geral, secretário de planejamento Mauro Gomes Piauí, diz:
- 34 Uma boa noite a todos! Eu quero agradecer a presença de todos. Como já foi dito,
- 35 nós temos um tempo disponível hoje para estarmos discutindo um projeto de
- parceria público-privada sobre iluminação pública. É um projeto da administração
- do prefeito Roberto Farias que nós tentaremos implementar aqui na nossa cidade.





Então, nós fizemos um grupo de trabalho e estamos dentro desse grupo de trabalho 38 desenvolvendo essa audiência pública que faz necessário para que nós 39 40 executemos esse projeto. Por isso que nós estamos chamando vocês, comunidade, para estarem participando e de antemão eu quero, em nome do prefeito Roberto 41 Farias, agradecer a presença de vocês. Agora nós vamos fazer a leitura do 42 regulamento da nossa audiência pública. Nós temos que ter um certo regramento 43 para que todos possam participar a contento. Então, vou pedir para nossa 44 cerimonialista Maria Auxiliadora, Dorinha, que faça a leitura do regulamento. A 45 mestre de cerimônia, Maria Auxiliadora da Silva Garção, diz: Ela está aqui 46 47 também para que todos possam estar acompanhando. Portaria Conjunta do PMI nº 001 de 5 de Fevereiro de 2018. Dispõe sobre o regulamento da audiência 48 pública destinada a divulgação e discussão da minuta de edital e respectiva minuta 49 50 do contrato da concessão administrativa para prestação dos servicos de iluminação nas vias públicas no município de Barra do Garças, incluídos o 51 desenvolvimento, modernização, ampliação, eficientização energética, operação 52 e manutenção nos termos das Leis 11.079 de 2004, 9.079 de 1995 e 8.987 de 1995. 53 O secretário municipal de planejamento juntamente com a secretária municipal de 54 administração do município de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, no uso 55 de suas atribuições legais, considerando o que dispõe o artigo 3º do decreto 56 número 3.900 de 21 de julho de 2017, resolve: Art. 1º - A realização da audiência 57 pública, aberta a qualquer pessoa, sociedade ou entidade civil interessada, tem por 58 objetivo dar conhecimento, informar, esclarecer, receber sugestões e críticas a 59 respeito da minuta de edital e respectiva minuta do contrato de concessão 60 administrativa para prestação do serviço de iluminação nas vias públicas no 61 município de Barra do Garças, incluídos o desenvolvimento, modernização, 62 ampliação, eficientização energética, operação e manutenção, fica agendada para 63 64 o dia 21 de fevereiro de 2018, às 19 horas, no plenário da Câmara Municipal de Barra do Garças, localizada a Rua Mato Grosso, 617, centro, Barra do Garças, 65 Mato Grosso. Art. 2° - A audiência pública contará com uma mesa coordenadora 66 dos trabalhos. §1º - A mesa coordenadora da audiência será composta pelas 67 seguintes autoridades: presidente da mesa, Patrícia Parreira Saraiva, secretária de 68 administração; coordenador geral do evento, Mauro Gomes Piauí, secretário de 69 planejamento; secretário geral do evento, Jairo Marques Ferreira, secretário de 70 transportes e serviços públicos; secretário-adjunto do evento, Onildo Beltrão 71 Lopes, procurador do município; Wellington Marcos Rodrigues de Oliveira, vice-72 prefeito, neste ato representando o prefeito municipal Roberto Ângelo de Farias. 73 74 §2º - Caberá aos servidores Maria Auxiliadora da Silva Garção, Gladys Márcia Rodrigues Lima e Marcelo Arruda de Jesus, designados para secretaria executiva 75





dos trabalhos da audiência ora regulamentada a responsabilidade por: a) promover 76 o registro das pessoas participantes da audiência pública em lista de presença 77 apropriada, que é o que está circulando, contendo nome, telefone, número do 78 79 documento de identidade, bem como a sua condição de representante de alguma entidade, empresa, associação, conselho, clube de serviços e etc.; b) promover a 80 anotação das exposições e debates ou gravação da audiência pública. Estará sendo 81 82 feito as duas coisas, a nossa companheira Gladys está fazendo o registro da ata e a companheira aqui da câmara está também fazendo o registro, que depois nos vai 83 ser encaminhado; c) providenciar a distribuição de formulários para perguntas aos 84 85 participantes interessados, que é esse que foi circulado pelo Marcelo; d) elaborar ata da Audiência Pública contendo a síntese dos fatos relevantes, bem como as 86 perguntas, esclarecimentos e sugestões dos participantes e as respostas da 87 Administração Pública. Art. 3° - a audiência pública ora regulamentada terá início 88 com a formação da mesa coordenadora dos trabalhos no local, data e horários 89 fixados no artigo primeiro. Art. 4° - a Audiência Pública ora regulamentada 90 observará a seguinte programação: I – abertura realizada pelo Prefeito do 91 92 Município de Barra do Garças ou seu representante e fala das autoridades que compõem a mesa dos trabalhos; II – leitura do Regulamento da Audiência 93 Pública; III- exposição das minutas do edital e do respectivo contrato de 94 concessão administrativa; IV - recebimento das perguntas, esclarecimentos e 95 sugestões encaminhadas pelos participantes através de formulário próprio; V – 96 resposta às perguntas, esclarecimentos e sugestões recebidos; VI – encerramento 97 realizado pelo Coordenador Geral do Evento; VII – palavra final do Prefeito ou 98 seu representante. §1º - Cada pessoa presente terá direito à manifestação 99 direcionada à Mesa Coordenadora dos trabalhos, oral ou por escrito, em 100 formulário próprio. §2º - As perguntas, esclarecimentos e sugestões deverão ser 101 102 respondidas, preferencialmente, na Audiência Pública, observando-se a ordem de recebimento. §3º - Aquelas perguntas, esclarecimentos e sugestões que não forem 103 respondidas na Audiência Pública serão respondidas por escrito e estarão à 104 disposição dos interessados no sítio eletrônico e enviadas no endereco eletrônico 105 do interessado. Por essa razão que foi solicitado que vocês colocassem o e-mail, 106 caso queiram também. §4° - A critério do Coordenador Geral do Evento, 107 representantes de outros órgãos e entidades públicas poderão ser convidados a 108 prestar esclarecimentos técnicos e jurídicos sobre o assunto objeto da presente 109 Audiência Pública. §5° - O tempo total de realização da Audiência Pública não 110 poderá exceder a 120 (cento e vinte) minutos. Art. 5° - A Audiência Pública será 111 112 suspensa a critério do Coordenador Geral do Evento, caso sejam infringidas as normas constantes do presente regulamento ou caso ocorra qualquer intervenção 113



115

116

117

118

119120

121

122123

124

125126

127

128

129

130

131

132133

134

135

136

137

138

139140

141

142

143

144145

146

147

148

149150

151

#### Estado de Mato Grosso Câmara Municipal de Barra do Garças Palácio Vereador Dr. Dercy Gomes da Silva



não permitida nos trabalhos. Art. 6° - Eventuais dúvidas e casos omissos serão resolvidos pela Mesa Coordenadora dos trabalhos. Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário. Ela foi no dia 5 de Fevereiro de 2018, se encontra assinada aqui para os presentes, caso queiram está fazendo a verificação. Como nós iniciamos com meia hora de atraso, então a previsão de término não poderá exceder às 21h30 segundo a regulamentação. Nós temos ainda o representante da empresa que poderá ser convidado para prestar qualquer esclarecimento técnico junto com o coordenador geral, que ele vai estar falando isso também. Está certo? E agora, nesse momento, nós passaremos a palavra ao coordenador geral dos trabalhos, Mauro Gomes Piauí. O coordenador geral, secretário de planejamento Mauro Gomes Piauí, diz: Então, vamos falar diretamente sobre essa proposta. Eu vou procurar esclarecer para vocês como que surgiu essa ideia, como que está se dando essa proposta, como que nós estamos chegando hoje nessa audiência pública. Inicialmente, é um projeto do prefeito Roberto Farias, como foi dito, e ele nos passou essa incumbência, juntamente com a colega Patrícia, para que realizássemos esse procedimento, fizéssemos os estudos, e nós estamos baseados nessa proposta de parceria público-privada com a Lei 11.079/2004, que é a lei que trata das parcerias público-privada, tanto da União como do Estado ou do município. Essa parceria público-privada é um mecanismo que foi criado a partir da promulgação dessa lei, que dá ao município que quer fazer um projeto de grande porte e ele não tem a capacidade financeira de realizar esse projeto, ele buscar parceiros privados, a iniciativa privada na sociedade e fazer uma parceria através de uma concessão pública. Então, é isso que nós estamos procurando fazer nesse momento, a partir de meados do ano passado até o presente momento. Então, nós fizemos esse projeto e o prefeito pediu que a gente convidasse várias empresas, e a própria Lei 11.079 prevê isso, que nós convidemos empresas interessadas em apresentar um projeto de parceria público-privada para iluminação pública. Qual é o objetivo? Barra do Garças quer eficientizar a iluminação pública. Nós temos a nossa iluminação pública que responde até a contento, mas nós queremos transformar isso aqui e fazer uma cidade luz, como diz o prefeito: "Eu quero fazer Barra do Garças uma cidade luz". Então, qual é a ideia do projeto? É trocar todas essas luminárias que nós temos aqui em Barra do Garça por lâmpadas LED e, mais do que isso, fazer uma telegestão. Essas lâmpadas, os procedimentos, todas elas vão estar interligadas por via de telegestão, internet, para que tenhamos um controle. Quando uma lâmpada lá na Vila Maria queimar, não vai precisar o Jairo sair à noite para marcar os postos com X para no outro dia o pessoal passar ou então esperar uma ligação do morador. Então, nós vamos ter uma central de comando





que vai está sabendo que a lâmpada X ou Y, A, B, C, na cidade toda, apagou e 152 com vinte e quatro horas, quarenta e oito horas no máximo, a empresa vai lá e vai 153 154 trocar essa lâmpada. Então, isso seria o cérebro da proposta, trocar toda iluminação pública de Barra do Garças por lâmpadas de LED. A lâmpada de LED 155 nós sabemos que é muito mais econômica, dá uma luminosidade muito maior, nós 156 vamos ter uma modernização da iluminação pública, que vai trazer todos os 157 aspectos de segurança para nossa cidade, embelezamento. São várias e várias 158 vantagens que nós vamos adquirir com essa parceria. Então, nós fizemos um 159 procedimento, primeiro um edital, e chamamos empresas interessadas no Brasil 160 161 todo que tivesse interesse em apresentar o projeto, que criasse um projeto aqui para Barra do Garças. Se apresentaram quatro empresas. Quatro empresas se 162 interessaram e apresentaram os seus projetos. E nós fizemos uma comissão na 163 164 prefeitura, os secretários, advogados, engenheiros, e escolhemos um projeto que nós achamos que cabia melhor dentro da nossa realidade econômica, financeira, 165 cultural. E hoje nós estamos aqui fazendo. Nós colocamos esse projeto, 166 obedecendo a Lei 11.079, em consulta pública. Está no site da Prefeitura 167 Municipal, vocês vão ver lá no cantinho azul 'aviso consulta pública PPP', lá está 168 169 basicamente todo o projeto. Então, nós estamos lá para ouvir até o dia 5 de Março, até as 23 horas e 59 minutos, está lá o edital, a minuta do contrato, todo o projeto 170 171 para que as pessoas que queiram dar uma olhada, apresentar sugestões, tem o email da prefeitura, da secretaria de planejamento, para que apresente propostas. 172 Também nós estamos fazendo essa audiência com esse objetivo de apresentar para 173 a sociedade. Nós convocamos todos os clubes de serviço, associações, sindicatos 174 175 e entidades civis para que estivessem aqui presentes, todos os vereadores da câmara municipal. Essa é uma obrigação de transparência que nós temos que 176 fazer. Então, hoje nós estamos aqui apresentando para vocês. Então, esse é um 177 178 pouco do histórico. Nós vamos estar aberto a sugestões. Eu vou convocar, apresentar para vocês o Dr. Álvaro, ele é o representante da empresa de 179 consultoria que foi escolhida, do projeto que foi escolhido. Ele vai explanar para 180 nós os detalhes e vai estar aberto também para responder as questões que a gente 181 não souber responder aqui durante o debate. Então, eu convido o senhor Álvaro, 182 183 por gentileza. O senhor Álvaro diz: Boa noite a todos! Obrigado pela participação secretária, secretários. Como o secretário Mauro falou, essa é uma iniciativa do 184 município de Barra do Garças que talvez seja pioneira no Estado todo. O 185 município de Cuiabá já tentou fazer uma parceria público-privada para 186 implantação de iluminação pública, não teve êxito, o edital acabou sendo 187 188 revogado pelo Tribunal de Contas. Então, não prosperou a tentativa do município de Cuiabá. Existem alguns outros municípios no Estado que estão em processo de 189



191 192

193

194

195 196

197

198 199

200

201202

203

204

205

206

207

208209

210

211

212213

214

215216

217

218

219

220221

222

223

224

225226

227

# Estado de Mato Grosso Câmara Municipal de Barra do Garças Palácio Vereador Dr. Dercy Gomes da Silva



modelagem ainda da concessão, que foi o que o secretário Mauro falou que foi feito aqui. Aqui o município publicou um edital de chamamento público para que empresas viessem fazer o projeto, sem custo qualquer para a prefeitura. A empresa interessada vem por conta e risco dela e faz o projeto. Caso o projeto seja escolhido pela prefeitura, a empresa pode receber uma remuneração por esse projeto depois que o contrato da concessão estiver assinado. Então, foi nosso caso. A gente agradece pela autorização que o município deu para que a gente pudesse fazer esse projeto, que muito nos honrou porque é um município que tem peculiaridades interessantes na questão da iluminação. A iluminação é toda padronizada em vapor de sódio. Então, é um município basicamente alaranjado à noite. A gente até voando à noite aqui, eu tive oportunidade de vir de avião uma vez à noite, e você percebe que há uma mancha muito alaranjada que destoa um pouco do que o olho humano está acostumado, que é a luz branca. Então, o impacto da iluminação com LED aqui, que é uma luz branca também, muito mais parecida com a luz natural, vai ser significativo. Eu acho que os cidadãos de uma maneira geral, os usuários da iluminação pública, vão gostar do que está se fazendo aqui. Então, a proposta do município é um sistema de iluminação pública em luminárias LED, que é aquela luminária de cor branca, uma luminária que tem características muito mais parecidas com a luz do sol. Ela reproduz muito melhor as cores, etc., aumentando a segurança nas vias à noite, proporcionando um ganho de qualidade. Essa intensificação do uso do espaço público no período noturno é muito importante e é o principal ponto do projeto, porque muitas pessoas, mesmo tendo tempo livre à noite, não saem de casa por questão de segurança. Quando você está na rua e tem uma iluminação como a que existe hoje, você não consegue diferenciar quem é que está perto de você até a pessoa está muito próximo, cerca de cinco metros de distância para você diferenciar o rosto da pessoa que está se aproximando. Com a iluminação, que não vai alterar a quantidade de luz, o LED não altera a quantidade de luz que é jogada nem nas calçadas, nem nas avenidas, nem nada, ele simplesmente coloca uma luz muito mais eficiente. Uma luz da cor da luz do sol, que é o que o olho humano foi projetado. Então, você consegue ver quem está se aproximando de você a vinte, vinte e cinco, trinta metros de distância. Quando você consegue diferenciar quem está ao seu redor, a sensação de segurança aumenta muito, independentemente de presença de polícia ou qualquer concentração de pessoas. Você se sente mais seguro. As vias onde vão passar os ônibus, que saem do centro e vão para as regiões periféricas da cidade, vão ter uma iluminação um pouco mais forte do que as outras vias do bairro. Quem desce do ônibus à noite vai poder ter a sensação de segurança de andar do ponto de ônibus até a casa, sem problema nenhum. Hoje você desce do ônibus na hora



229230

231

232

233234

235

236237

238

239240

241

242

243

244

245

246247

248

249

250

251

252

253254

255

256

257

258259

260

261

262

263264

265

# Estado de Mato Grosso Câmara Municipal de Barra do Garças Palácio Vereador Dr. Dercy Gomes da Silva



que você volta do seu trabalho e tem aquele problema de saber que pode estar esperando em algum ponto, atrás de algum objeto, um carro, uma árvore, alguém para te prejudicar. E numa situação em que você tem uma luz muito mais nítida e que impeça você de não conhecer, isso inibe já de cara qualquer tentativa de uma ação desse jeito. Então, a própria presença da luz, independentemente de presença de polícia, já inibe aquele malfeitor que está com alguma coisa em mente, porque ele sabe que vai ser reconhecido. E mais à frente vocês vão ver que esse sistema prevê a possibilidade de implantação de câmeras nas cidades, que vão também subsidiar essas questões de segurança. Então, a ideia principal do projeto é exatamente propiciar um maior uso do espaço público, tanto praças quanto ruas, principalmente a questão de comércio à noite, para que se use com muito mais presença de pessoas e pessoas se sintam seguras para poder sair à noite de casa. Então, o projeto contemplou as questões históricas, culturais, econômicas e as questões comportamentais ligadas a praças, avenidas, parques, etc., para poder levar em consideração que tipo de iluminação que seria adequada para projetar para cada via. Mais uma vez enfatizando ali as questões principais: segurança, preservação de patrimônio histórico e cultural, meio ambiente, promoção de turismo e estímulos a atividades comerciais e de lazer. Na questão ambiental, que hoje em dia é muito importante, sempre foi, mas hoje em dia se cobra muito mais a questão ambiental, as lâmpadas que existem hoje, que são lâmpadas de vapor de sódio, são lâmpadas de pressão e existe um gás dentro dessas lâmpadas, esse gás contém mercúrio. Então, quando você tem a manipulação de uma lâmpada dessa, e muitas vezes existe vandalismo ou o próprio transporte, e uma lâmpada dessa quebra, você invariavelmente contamina o meio ambiente porque o mercúrio é um metal extremamente poluente, em contato com ser humano ele tem ação cancerígena, uma série de questões ambientais ligados ao mercúrio. E essas lâmpadas que existem hoje, infelizmente, são lâmpadas que tem necessidade de ter esse metal presente na composição delas, senão elas não funcionam. E o LED não. O LED é um circuito eletrônico, é um filamento, diodo na verdade, onde passa uma corrente elétrica e ele emite brilho. Ele não gera muito calor, então não interfere em qualquer tipo de fauna ou bichos que pousem ou acabem chegando perto desse tipo de luminária. É uma luminária que se você encostar a mão nela vai estar muito menos quente que uma lâmpada incandescente daquelas antigas, que hoje nem existe mais quase, e ela emite uma quantidade de luz muito maior em função da corrente elétrica que passa nela. Por isso, é uma lâmpada que é, notadamente, muito mais eficiente do que as outras. Além disso, a cor dela é branca. Se conseguiu fazer de anos para cá, descobriu o LED branco e aí se pôde imitar a luz do sol. Mais alguns aspectos aí da questão das diretrizes do projeto.



267268

269

270

271272

273

274275

276

277278

279

280

281

282283

284285

286

287

288289

290

291292

293

294

295

296297

298

299

300

301 302

303

#### Estado de Mato Grosso Câmara Municipal de Barra do Garças Palácio Vereador Dr. Dercy Gomes da Silva



O aspecto da energia elétrica que está aqui é um dos aspectos principais do contrato. O que se pretende, em termos de você colocar uma luminária LED, é algo da ordem de 70% de economia de energia. Então, só para vocês terem uma ideia, vocês vão ver que eu coloquei a parte numérica mais no fim, mas só para dar uma antecipada, em números redondos o município gasta hoje algo em redor R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais) por mês de conta de energia elétrica da iluminação pública. Com a implantação das luminárias LED a energia elétrica gasta deve cair para R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) por mês, é uma economia de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais) por mês de energia elétrica. Isso, se você colocar no horizonte de dez anos, é só fazer a conta para ver quanto o município vai ter com essa questão da energia elétrica. O fundamento financeiro de toda a iluminação pública no município é a cobrança que o município faz dos cidadãos da contribuição de iluminação pública. Essa contribuição é paga por todos vocês, todos os cidadãos do município pagam, vem na conta de energia elétrica um valor mensal, e essa contribuição é utilizada pelo município único e exclusivamente para o serviço de iluminação pública. Só pode ser, por força até da Constituição Federal, utilizada para o custeio da iluminação pública. Então, o município arrecadando a CIP dos cidadãos tem duas opções: ou ele continua pagando os duzentos e doze, duzentos e quinze mil por mês de energia elétrica e simplesmente dá manutenção nas luminárias atuais, que são as de vapor de sódio alaranjada, e com esse valor que ele arrecada paga essa manutenção e não se manifesta, deixa a iluminação pública do jeito que está; ou ele com o mesmo dinheiro, porque a CIP não varia, é a mesma, o valor que o município arrecada é o mesmo, não vai mudar com esse projeto, não vai ter aumento da contribuição de iluminação pública, o valor que é cobrado é o valor que vai ser mantido, ou ele toma a iniciativa que tomou de fazer uma concessão no qual com o valor da economia da energia elétrica é possível pagar a implantação das luminárias LED para que depois do fim do prazo da concessão você tenha um município com as luminárias pagas, a energia economizada, já num patamar mais eficiente possível e o parque seja todo do município. O concessionário vem, investe o dinheiro dele e recebe no prazo inteiro da concessão. A premissa básica é essa, o município precisa de um investimento agora porque custa caro para trocar essas luminárias, mas dá para pagar no prazo isso aí. Então, ao invés de continuar pagando um valor de energia elétrica que não vai trazer benefício nenhum para o município, porque energia elétrica é um gasto, realmente é um gasto de dinheiro, você gasta muito menos, cerca de um quarto, paga a amortização do que foi investido e no fim da concessão, no fim não, no início da concessão você já tem uma iluminação de muito maior qualidade e no fim você tem essa iluminação com o parque pago.



305306

307

308309

310

311

312313

314

315316

317

318

319

320

321

322323

324

325326

327

328

329330

331

332

333

334335

336

337

338

339340

341

#### Estado de Mato Grosso Câmara Municipal de Barra do Garças Palácio Vereador Dr. Dercy Gomes da Silva



Isso é uma conta que todo mundo sabe fazer. Quando você tem sombra de R\$ 100,00 (cem reais) por mês do seu salário e não tem uma geladeira decente, mas você não pode pagar os dois mil da geladeira à vista, você vai lá e compra ela em trinta vezes. Com esse cem que você estava gastando em cerveja ou churrasco no fim de semana, você tem uma geladeira nova na cozinha da sua casa naquele momento. O município está fazendo exatamente a mesma coisa. Com o que ele está gastando a mais de energia, ele vai pôr iluminação nova para todo mundo em um curto espaço de tempo. Esse projeto prevê que a iluminação toda da cidade já esteja funcionando em LED em um ano. No fim de meados de 2019, março, abril, depende da data que o contrato completar um ano, deve estar com 100% da cidade toda com iluminação em LED. Então, o município está fazendo nada mais, nada menos do que todo mundo faz quando quer uma melhoria no ambiente da sua casa, ele vai e lança mão dos instrumentos que tem para poder trazer esse benefício para os cidadãos. Hoje, como eu tinha dito, para ser mais redundante um pouco, a gente quando vai falando aqui tem tendência de ficar redundante falando sempre a mesma coisa, se for vocês por favor me corrijam se tiver falando muita coisa repetida. Mas, as lâmpadas que existem hoje no município são lâmpadas de vapor de sódio nessas potências que estão aqui: 150, 250 e 400 Watts. Isso aqui são bairros, avenidas médias e avenidas grandes. São as lâmpadas que existem hoje. Vocês podem ver que são lâmpadas de alta potência. Pra gente ter uma ideia, uma lâmpada que a gente coloca na nossa casa é uma lâmpada de 20, 30 Watts. Na rua tem que ser uma potência muito maior. A configuração do parque de iluminação da cidade é mais ou menos essa, os postes tem distância de 35, 40 metros, a altura das luminárias aqui varia de 7 a 12 metros. Elas têm hoje, são luminárias antigas, relativamente antigas, vocês vão ver que elas têm: acúmulo de sujeira; interferência de arborização, em muitos bairros as árvores estão tampando as luminárias, não deixam elas iluminar direito; interferência de fiação, ou seja, elas não têm uma uniformidade. O projeto, além de cuidar da questão de substituir uma luminária pela outra, tem que cuidar também para que a luminária nova colocada realmente ilumine o que ela se propõe. Então, se você tiver postes com espaçamento inadequado, avenidas que têm árvores que estão atrapalhando, fiação interferindo, todas as questões do parque de iluminação estão sendo tratadas nesse projeto. Vocês vão ver depois mais à frente que foi separado uma parte do projeto para cuidar das questões periféricas da iluminação, o que atrapalha a iluminação, não deixa ela chegar onde deve, que é no piso, nas calçadas e na vista das pessoas. Mais alguns problemas que a gente encontra hoje: a temperatura das lâmpadas não é adequada, por isso que dá daquela cor alaranjada; a utilização da lâmpada não permite que as pessoas se identifiquem e



343344

345

346

347348

349

350351

352

353354

355

356

357

358359

360361

362

363364

365

366

367368

369

370

371

372373

374

375

376

377378

379

#### Estado de Mato Grosso Câmara Municipal de Barra do Garças Palácio Vereador Dr. Dercy Gomes da Silva



que tenha concentração de fluxo de muitas pessoas; a poluição visual de cabos pela cidade. Vocês percebem principalmente no centro aquela parte toda de cabo atrapalhando. É muito cabo nos postes, a tendência com esse processo é você enxugar um pouco daqueles cabos lá, que pertencem à eliminação; e dificuldade enorme na questão de operação e manutenção. Como você não tem um cadastro hoje de todas as luminárias da cidade e elas não estão interligadas a lugar nenhum, quando uma luminária queima é difícil, alguém precisa avisar o município que a luminária queimou. Senão não tem como o município saber que a luminária está queimada. Quando acontece de queimar duas, três, quatro, começa a se notar que está acontecendo alguma coisa errada, mas quando tem uma queimada muitas vezes passa meses com aquela luminária queimada e não é culpa de ninguém. Ela queima porque tem uma vida útil ou caiu um raio e queimou ela, alguma coisa. A não ser caso de vandalismo que acontece também, furto pode acontecer. Mas, o município não tem como saber e cria essa questão de você sair na cidade à noite e vai poder contar nos dedos, talvez encha as duas mãos, quantidade de luminárias que estão apagadas. Se você for olhar uma a uma vai ver que tem várias luminárias que estão apagadas à noite. Essas luminárias que existem hoje jogam muita luz para cima, geram uma poluição visual enorme. Quando você está perto de uma luminária dessa, se você olhar para ela vai ver que ela ofusca a vista porque ela joga a luz para todo lado, quando o correto é jogar a luz para baixo porque o que interessa é iluminar o piso, o lugar onde as pessoas vão passar e os carros, e não para os lados. Têm muitas ruas que vocês passam e vê muito bem a fachada da casa, linda. Você vê a fachada, as pessoas que estão lá, etc. O piso, às vezes, você não vê porque a luminária está de uma maneira que está iluminando o lugar errado. A quantidade de luminárias que existem hoje no município é essa, mais ou menos 12.500 luminárias, sendo que nesse número de 12.500 aqui já está previsto a expansão do sistema. Têm muitos lugares que se vocês observarem aqui em Barra do Garças, quando a Cemat fez a instalação da rede aqui e a ampliação nos bairros, você vai ver que têm muitos bairros que tem o posteamento, mas tem iluminação pública um poste sim, um não e, às vezes, dois não. Quando a gente fez o projeto aqui percebemos muito isso, principalmente em bairro naqueles pedaços que tem a luminária com braço de um metro. Não tem um braço de um metro e um copinho assim prateado e a lâmpada fica até exposta ali? Naqueles lugares você vai ver que tem muito lugar que têm dois postes sem luminária, depois um terceiro tem. Então, às vezes, tem uma luminária só iluminando o quarteirão inteiro, a quadra toda. Você vê aquela manchinha de luz só e o resto é escuro. Então, essas praticamente 2.000 luminárias a mais que está se prevendo aqui são para suprir exatamente essas deficiências aí. A ideia é que cada poste do



381 382

383

384 385

386

387

388 389

390

391392

393

394

395

396397

398399

400 401

402

403

404

405 406

407

408

409

410 411

412

413

414

415 416

417

# Estado de Mato Grosso Câmara Municipal de Barra do Garças Palácio Vereador Dr. Dercy Gomes da Silva



município, tanto na cidade principal como nos distritos também, tem a questão dos distritos que tem iluminação e vai ter o mesmo padrão LED, qualidade igual daqui da cidade, a ideia é que cada poste tenha uma luminária LED funcionando, para você ter pelo menos a cada 35 metros uma luminária. Aqui é só para mostrar como é uma lâmpada de vapor de sódio: ela é esse invólucro aqui de vidro, vocês já devem ter reparado na rua, tem muita luminária aberta, exposta e dá para ver como a lâmpada é, e ela está guardada sob pressão aqui, esse gás que tem aqui dentro tem mercúrio. Quando uma lâmpada dessa quebra tem poluição de mercúrio onde ela bater. Se você colocar a mão e se cortar fatalmente vai ter problema. A manipulação desse tipo de lâmpada é muito complicado. Eu peço desculpas até pela voz que está meio ruim. Eu estava com um pouco de gripe esses dias, mas a gripe nunca escolhe a hora certa para nós. Então, vou tentar dar o meu melhor. A ideia, então, é trocar aquelas luminárias de vapor de sódio, que são essas aqui nessas potências, por luminárias LED com essas potências. Olha a diferença de potência para gerar a mesma quantidade de luz. Potência é o que a luminária gasta, isso aqui é gasto. Uma luminária de 150 Watts gasta 150 Watts mais 20 do reator, ela gasta 170 Watts. Uma luminária LED de 40 ilumina a mesma coisa que uma de 150 gastando 40 Watts só. A mesma quantidade de luz. E a luz gerada pela LED é branca e a outra é alaranjada e assim por diante. As luminárias de 250 vão ser substituídas por 90 e as de 400 por 150. Isso aqui é um número aproximado, todas as luminárias vão ser feitas, a empresa que for contratada vai ter que fazer um projeto executivo quando ela for fazer a implantação das luminárias, isso está previsto no preço da concessão. Então, não é simplesmente chegar lá e tirar uma de 250 e pôr uma de 90. Para aquela rua específica conforme a largura da rua, a quantidade de veículos que passa, ela vai dimensionar. Esse valor dessa potência aqui foi feito por uma média de estimativa, mas ele vai ser feito rua a rua no caso da concessão quando o contrato for implantado. Aqui tem as vantagens, a gente citou as desvantagens da outra luminária, aqui tem as vantagens da LED. O índice de reprodução de cores, que é o que interessa porque nossa vista enxerga cores, a nossa vista enxerga forma e cor, no LED é acima de 70%. Na lâmpada de vapor de sódio você só enxerga 20% das cores. Na LED 70%. 70% é praticamente tudo que vocês estão vendo. A temperatura de cor, só para explicar, aquela cor alaranjada, é algo ao redor de 2000 K. Essa temperatura de cor do LED é de quatro a cinco mil kelvin. Isso aqui não é temperatura, é temperatura equivalente como se fosse um filamento de lâmpada incandescente. Lógico que uma temperatura, uma luminária, não está 5000 graus senão ela derreteria, não tem como. Uma luminária dessa LED trabalha na faixa de 70, 80 graus de temperatura, dá para sentir com a mão assim.





Essa aqui é uma temperatura que a gente chama de temperatura de cor comparada, 418 equivalente, que é uma luz branca. Por isso que a gente fala que a temperatura de 419 420 cor está relacionada a cor da luz, não é que é aquela temperatura mesmo. 421 Repetindo, então, aqui a questão da luz branca que ela é adequada porque o olho humano foi projetado para enxergar com luz branca. A luz branca reproduz com 422 muito maior fidelidade à luz do sol e o olho humano é adaptado à luz do sol. Aqui 423 são os critérios que foram levados em consideração para fazer o projeto. Existe, 424 já feito no âmbito do projeto que nós entregamos, um projeto que é um projeto 425 pré-executivo de maneira que quando a empresa for contratada, ela já vai ter todas 426 427 as diretrizes para começar a implantar no mês um as luminárias LED. A ideia é essa, no primeiro mês que o contrato estiver em vigência, a empresa já tem que 428 começar a implantar o LED. Então, tem que ser uma empresa capitalizada. Lógico 429 430 que o município só está fazendo a concessão porque não tem os valores que vocês vão ver mais para o fim, que são os valores necessários para o investimento. Mas, 431 a empresa tem que ter. Uma das exigências do edital, se vocês observarem lá no 432 edital que está disponível no site da prefeitura, vocês vão ver as necessidades de 433 capital que a empresa tem que ter para poder enfrentar um projeto desse. Não é 434 qualquer empresa. Inclusive é permitido consórcio para facilitar, juntar esforços 435 de empresas para poder trazer o dinheiro que o município precisa. A norma que 436 437 foi seguida para os projetos é a norma de iluminação pública brasileira NBR 5101 de 2012. Ela classifica as vias públicas de veículos de V1 a V5 e para pedestre de 438 P2 a P4. P4 são as calçadas de ruas. P2 são praças com bastante gente, calçadão, 439 esse tipo de coisa onde tem mais gente. E aqui a V1 são as vias arteriais, as que 440 441 têm muito veículos, largas, canteiro no meio. E as V5 são as ruas de bairro. E aí entre elas toda a hierarquia de ruas que existe, desde as mais movimentadas até as 442 mais locais, quase sem movimento, só para atender a chegada nas casas mesmo. 443 444 Aqui é o tipo de critério que a norma pede, quantidade de iluminação para cada tipo de via. Então, se você observar a via V1, onde tem muito mais carro e passa 445 muito mais gente, tem que ser mais iluminada que uma V4 e V5 aqui. Então, aqui 446 são os critérios de norma que foram os que a gente utilizou para fazer o projeto. 447 E no Brasil, os projetos de iluminação têm que ser feitos de acordo com essa 448 449 norma. Aqui tem uma descrição dos tipos de via que tem aqui no município. Aqui no município nós não temos V1, que é a rua com tráfego extremo. Você pega 450 algumas ruas aqui, para a gente ter uma noção, em Cuiabá ou Goiânia, quem está 451 acostumado, vai ter vias lá que são quatro pistas de cada lado com canteiro central, 452 aquelas ruas que o dia quase inteiro estão congestionadas. Essas ruas são as 453 454 chamadas V1. Aqui as principais vias do município já são enquadradas como V2, que é uma rua larga também com três pistas de cada lado, o canteiro central e 455



457 458

459

460

461 462

463

464 465

466

467 468

469

470

471

472

473

474475

476

477

478479

480

481 482

483

484

485

486 487

488

489

490

491 492

493

# Estado de Mato Grosso Câmara Municipal de Barra do Garças Palácio Vereador Dr. Dercy Gomes da Silva



iluminação com essas luminárias mais potentes aqui, hoje em dia, e são essas ruas as principais daqui do município. Essas ruas têm esse tipo de configuração de iluminação: uma luminária de cada lado e essa luminária hoje ilumina dessa maneira aqui. Então, vocês podem ver que as pessoas estão numa imagem aqui não muito nítida. Então, você quase não enxerga aqui esse carro. A ideia é trocar por uma eliminação desse tipo aqui: a luminária LED você consegue ver bem melhor o carro, a árvore e as pessoas que estão aqui e o ângulo de incidência da iluminação melhora muito também. O segundo tipo de via que a gente tem aqui são as coletoras, as que saem de dentro dos bairros e jogam os carros para as arteriais, que são aquelas anteriores ali. Elas têm hoje uma iluminação com luminária de 150 e 250, vapor de sódio. A tendência delas hoje é ser desse tipo aqui e elas devem ficar dessa maneira aqui com o LED: você tem uma área de cobertura maior, uma condição de ver com muito mais nitidez. Aqui dá para ver os bonequinhos bem agora, dá para ver o rosto, dá para ver tudo. Então, o impacto da iluminação branca que deve-se causar é esse. E as ruas locais que você tem esse tipo de configuração luminária de um lado só, rua estreita, vai daqui a aqui só, não tem canteiro central. A tendência é você ter uma iluminação desse tipo aqui: você consegue com uma lâmpada só iluminar a rua inteira e as duas calçadas. A questão de novidade real, não simplesmente troca de lâmpada, é essa questão de implantação de um sistema de telegestão. Junto com as luminárias, a ideia é colocar uma comunicação em cada luminária, que pode ser através de rádio, celular ou fio, fibra ótica. Isso é a critério de quem for contratado, o município quer que as luminárias comuniquem, como vai ser feito é problema de quem vai ganhar o contrato. Ele que vai ver uma solução tecnológica que atenda o que está pedido no edital e que não dê problema e que a luminária efetivamente esteja comunicada com uma central, porque é com essa comunicação com a central que vai acontecer a manutenção mais eficiente possível. Porque se você tem uma luminária comunicando com a central e ela queima ou alguém apedrejou e ela parou de funcionar, ou alguém cortou um fio, por qualquer motivo que ela deixa de funcionar, imediatamente sinaliza no telefone celular do eletricista de plantão. O eletricista de plantão vai ter um celular, o celular toca e ao invés de ser a mulher pedindo para levar pão para casa, não, é a lâmpada que queimou no celular dele. Vai aparecer o número da lâmpada, um mapa no celular dele com a localização exata da luminária que foi queimada. Ele pega o carro com a escada ou aquele cesto, vai lá, vamos ser otimista, em uma hora a luminária está trocada, sem alguém ter que reclamar, sem alguém ter que ligar para a prefeitura, sem alguém correr o risco de não ver um buraco na rua, porque não estava iluminada naquele momento, de noite ou de dia. Quando o secretário falou que os funcionários da



495 496

497

498

499500

501

502503

504

505506

507

508

509

510

511

512513

514

515

516517

518

519520

521

522

523

524525

526

527

528

529530

531

# Estado de Mato Grosso Câmara Municipal de Barra do Garças Palácio Vereador Dr. Dercy Gomes da Silva



prefeitura precisam fazer um X no poste porque senão quando a equipe for de dia fazer a manutenção, não sabe mais qual poste está queimado, porque de dia as luminárias estão apagadas. Só que se a luminária der defeito de dia também, vamos supor, ou já entra em curto de dia, já vai sinalizar porque é tudo ligado eletronicamente com a central. No momento em que ela sinalizar, de dia mesmo, antes dela não acender de noite, o eletricista já vai no lugar e já conserta ela. Então, esse sistema de telegestão está trazendo o que tem de mais moderno para ligar na iluminação mais moderna. Quando aconteceu em São Paulo, por exemplo, de a prefeitura de São Paulo começar a implantar luminárias LED nas avenidas principais lá, e hoje São Paulo já tem 80.000 luminárias LED funcionando, aconteceu o seguinte: simplesmente foi feito a troca, que já é uma melhoria, das luminárias antigas pelas LED, só que não tinha comunicação nenhuma. Então, nas marginais de São Paulo, que são as principais avenidas de lá, que são avenidas com sete pistas de cada lado, tinha noites que as pessoas passavam e tinha um quilômetro de luminárias apagadas, e levava-se dois ou três dias para ir lá consertar, na principal avenida da cidade de São Paulo, uma luminária que não tinha seis meses de vida útil. Seis meses que ela estava implantada e todo mundo já falava: "A luminária já queimou, olha que porcaria que fizeram, gastaram dinheiro público à toa". Não é, era um fio que tinha sido cortado. Cortou um fio, apaga 50 luminárias, só isso. Eletricidade é eletricidade, ela vem do fio. Então, não eram as luminárias que queimaram, era o apagamento por causa de um problema não ligado à luminária. Nesse caso aqui a telegestão, por qualquer motivo que for, apagamento, pedra, tiro, passarinho, qualquer coisa que acontecer com luminária, sinaliza na hora. Então, a conclusão que se chega é que não adianta você colocar a coisa mais moderna e essa coisa mais moderna não ter como ser consertada quando quebrar. Então, esse sistema é para isso. Ele funciona como uma garantia de que a iluminação vai ser sempre eficaz. Aqui é uma descrição sumária, técnica, meio chata, de como funciona. Existe um sistema de supervisão e controle ligado a uma CCO, que é a central de controle operacional. Ela é o local onde sempre tem uma pessoa de plantão para verificar qualquer tipo de problema que esteja acontecendo na rede de iluminação pública da cidade. Sempre, a previsão do contrato é que ela funcione 24 horas por dia. E nessa CCO vai ter um callcenter, que também vai funcionar 24 horas por dia, para atender os cidadãos quando um cidadão enxergar algum problema na rede de iluminação. Então, é previsto a disponibilização desse callcenter com o número 0800, sem custo de ligação, dentro do contrato para que a população tenha acesso 100% ao sistema. As aquisições de dados são feitas por controladores que vão estar nas luminárias e esses controladores transferem para o sistema de controle, que fica na CCO, em



533534

535

536

537538

539

540541

542

543544

545

546

547

548

549

550551

552

553

554555

556

557558

559

560

561

562563

564

565

566

567568

569

#### Estado de Mato Grosso Câmara Municipal de Barra do Garças Palácio Vereador Dr. Dercy Gomes da Silva



tempo real e as ligações são feitas por sensores de luz, relógio, calendário, manualmente, etc. Várias possibilidades para ligar e desligar o sistema, não mais simplesmente luz do dia. Porque muitas vezes acontece de você, hoje aconteceu, hoje teve uma chuva à tarde que precisaria talvez a iluminação pública está ligada, só que ela não foi ligado. Vocês passaram na rua à tarde hoje e não tinha luminária acesa quando estava com aquele preto do auge da tempestade. Quando acontecer isso, com esse sistema centralizado de controle, o operador liga na hora. Então, você tem um acréscimo de segurança porque você tem uma central que controla e essa central que controla sabe o que está acontecendo lá fora e pode acionar na hora todo o sistema. Aqui é a parte financeira do contrato, os investimentos que vão ser exigidos de quem for contratado. A empresa que for contratada vai ter que investir um total de 57.952.000,00 (cinquenta e sete milhões novecentos e cinquenta e dois mil reais), 58.000.000,00 (cinquenta e oito milhões de reais) em número redondo, no município. A exigência de investimento é dessa ordem aqui: 58.000.000,00 (cinquenta e oito milhões). Esse é o principal motivo do município se utilizar da CIP, que não vai mudar, para poder trazer um parceiro privado, contratar um parceiro para trazer esses recursos. Evidentemente que o município quando recebe mensalmente a CIP, em valores que hoje são da ordem de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) por mês, como ele conseguiria juntar, economizar esse valor de 58.000.000,00 (cinquenta e oito milhões) se ele recebe quinhentos, gasta duzentos e dez de energia e mais a parte de manutenção que ele é obrigado a dar num sistema antigo, que dá muita manutenção. Então, fatalmente os quinhentos mil acabam indo de uma maneira quase que desperdiçada porque você está pagando energia que não precisa pagar e você está dando manutenção que você não precisaria dar. Mas, foi esse parque que o município herdou da CEMAT. Então, não tem como fugir dele, o abacaxi está aí e tem que enfrentar e resolver ele. Então, os investimentos totais no contrato são de 58 milhões. Isso está bem descrito na parte econômico-financeira do edital que está disponível no site da prefeitura, lá tem no detalhe. Aqui eu coloquei só os índices macro, os números grandes, mas lá tem luminária por luminária, toda parte de substituição, descarte, telemetria, a telegestão está descrita lá exatamente como é feita e qual a parte da telegestão é gasta com a CCO, as luminárias, a comunicação, o tráfego de dados, etc. Aqui a gente fez um desmembramento para mostrar para vocês quanto vai ser investido na primeira etapa, isso nos primeiros doze meses de contrato. Só de luminárias, o valor que vai ser investido no primeiro ano é de dezoito milhões e seiscentos. Isso só em luminárias. Então, para vocês terem uma ideia do valor que o município está exigindo que o contratado traga para investir aqui dentro do município. Em valores totais, o que está se pretendendo investir no



571572

573

574

575576

577

578579

580

581 582

583

584

585

586

587

588 589

590

591

592593

594

595596

597

598

599

600 601

602

603

604

605 606

607

# Estado de Mato Grosso Câmara Municipal de Barra do Garças Palácio Vereador Dr. Dercy Gomes da Silva



primeiro ano, o que está pretendendo não, o que vai ser feito e vai ser exigido do parceiro privado, são trinta e um milhões e duzentos e vinte e cinco mil reais. Então, para vocês terem uma ideia, se o município arrecada cerca de quinhentos mil reais por mês de CIP, no total, ele nunca teria condições de trazer um investimento imediato de trinta e um milhões. O município pode até contrair um financiamento para fazer isso, mas levaria tempo, teria questões de ordem de garantias, etc., e ele ainda assim teria que contratar uma empresa para fazer as instalações. Nesse contrato você já está, além das instalações, exigindo o dinheiro também. Essa é a lógica da concessão. O município ou órgão público de uma maneira geral, como vocês podem ver no Estado aí as rodovias agora, o governo federal que toma conta das rodovias não tem dinheiro para fazer a duplicação. Ele permite que alguém explore o pedágio para poder trazer o dinheiro à vista para fazer a duplicação. Então, você faz um contrato de trinta anos no qual em três anos alguém tem a obrigação de duplicar uma estrada que o governo nunca teria condição de fazer. Aqui a lógica é exatamente essa. Você faz um contrato de trinta anos, o prazo estimado de duração desse contrato é de trinta anos, só que você exige que no primeiro ano esse parceiro privado que vai ser contratado, que é uma empresa ou um consórcio de empresas, traga trinta e um milhões para o município para ser gasto aqui com funcionários daqui, exigência de sede da empresa aqui, exigência de compra de materiais de preferência em fornecedores locais. Então, só talvez as luminárias a gente não tem luminárias LED fabricadas aqui ou comercializados aqui em Barra do Garças. Mas, todos os outros componentes, fios, conector, braço e tudo isso aí tem aqui. Então, no contrato tem uma exigência de que seja dado ênfase para contratação de fornecedores daqui. Isso é uma exigência do contrato e o município pode pôr depois. Se vocês observarem lá nas especificações técnicas do contrato vão ver que é ênfase para todo fornecimento de insumos daqui do município. Aqui aquela questão de como pagar. O parceiro privado vai entrar recebendo, o município dispõe desse valor por mês aqui: quinhentos e trinta e dois mil e setecentos, isso é o que o município tem, é o que ele arrecada de CIP hoje, contribuição de iluminação pública. No começo do contrato, a conta de energia é de duzentos e dezoito, vamos arredondar aqui, duzentos e vinte mil por mês. O município hoje paga duzentos e vinte mil para a CEMAT, Energisa aqui agora, estou antigo, os antigos vão lembrar aquela CEMAT igual eu. Mas, agora é Energisa. Quando ele entrar vai receber por mês do município trezentos e treze mil. Trezentos e treze mais duzentos e dezoito dá os quinhentos e trinta e dois. À medida que ele for implantando as luminárias, entregando e economizando na conta de energia, a contraprestação que ele vai receber aumenta, vai chegar a quatrocentos e setenta e três mil por mês. Aqui está



609 610

611

612613

614

615

616617

618

619620

621

622

623

624 625

626 627

628

629

630631

632

633634

635

636

637

638639

640

641

642

643644

645

# Estado de Mato Grosso Câmara Municipal de Barra do Garças Palácio Vereador Dr. Dercy Gomes da Silva



envolvido o que? Todos os investimentos que ele tem que fazer. Vocês viram lá no começo que são da ordem de cinquenta e oito milhões, trinta e um na primeira etapa e vinte e cinco, vinte e oito nas outras etapas. Está incluída a manutenção e operação do município e todos os distritos. Então, ele vai ter que ter equipes de manutenção aqui porque mesmo sendo luminária nova, etc., ela vai queimar, vai dar problema. A gente sabe, carro novo também quebra, por isso que está na garantia e a garantia para o município é total. Vocês vão poder ver, se vocês olharem o contrato, que todos os riscos, todos, sem exceção, queimou uma lâmpada, alguém deu um tiro numa lâmpada, alguém roubou uma lâmpada, alguém roubou um fio, alguém fez qualquer coisa, qualquer coisa que acontecer no sistema de iluminação é responsabilidade da contratada. O município vai pagar isso aqui por mês para ela, nada mais do que isso, só isso. Não existe nada que aconteça ao longo do contrato que ela possa dizer: ah, isso não está no meu preço. Está no preço! Então, a ideia é que a energia caindo para cerca de sessenta mil reais por mês, ela suba o recebimento dela, totalizando sempre o valor que o município dispõe, sem aumentar em nenhum centavo a cobrança de iluminação da contribuição de iluminação pública dos cidadãos que pagam, residências e comércios. Aqui só para ter uma ideia do desmembramento: são trinta e dois milhões na primeira etapa, que é aquela planilha que eu mostrei lá atrás para vocês, em valores aproximados; vinte e cinco e meio na segunda etapa; a lucratividade que o município está dizendo que se propõe a pagar para quem for contratado é dessa ordem aqui: seis e setenta e cinco real, onze e meio nominal já considerando a inflação. Então, não é um contrato ruim, quem vier trabalhar vai ter uma margem de lucro da ordem de 11% ao ano. Para uma condição de segurança dessa que o município dispõe do dinheiro e vai pagar pontualmente, não é um mau negócio. Então, você consegue com isso, talvez, atrair um grande número de empresas para participar da licitação. A ideia é que esse valor aqui seja o valor teto, máximo, que o município se propõe a pagar. A licitação vai se basear no critério de menor preço. Quem der o menor preço é que vai ganhar a licitação. Vai ser feito uma concorrência que deve acontecer no mês de abril, não é secretária? A concorrência pública do qual vão poder participar empresas do Brasil e internacionais, é uma concorrência internacional. Então, está aberto à todas as empresas do mundo que quiserem participar isoladamente ou em consórcio para que, tendo esse preço como base, quem der o menor preço vai levar o contrato, e vai ter que apresentar também as garantias financeiras porque não adianta o município contratar alguém com preço baixo, mas não tenha os trinta e dois milhões lá para investir no primeiro ano. No primeiro ano não dá tempo de buscar empréstimo. Não dá tempo. A empresa não vai ter tempo de sair para



647 648

649

650

651652

653

654655

656

657658

659

660

661

662

663

664665

666

667

668669

670

671

672

673

674

675

676677

678

679

680

681 682

683

# Estado de Mato Grosso Câmara Municipal de Barra do Garças Palácio Vereador Dr. Dercy Gomes da Silva



banco, BNDES, Banco Mundial, qualquer coisa, ela tem que ter o dinheiro. Ela vai ter que provar que tem esse dinheiro para poder participar. Então, é negócio de gente grande para empresas grandes. Isso aqui vocês vão ver grandes empresas do mundo vindo aqui em Barra do Garças participar desta licitação, tenho certeza disso. E aqui terminamos a nossa apresentação. Vou deixar até o Datashow aqui, se tiver alguma questão a respeito disso a gente volta no slide e está aberto, com maior prazer, para responder qualquer pergunta que vocês tenham. O coordenador geral, secretário de planejamento Mauro Gomes Piauí, diz: Obrigado Álvaro, foi muito esclarecedor, eu tenho certeza que o pessoal teve uma compreensão. Agora nós vamos abrir para as perguntas. Marcelo, já temos perguntas? O senhor Jonathan da Mata diz: Só por uma questão de já saber, a gente tem quanto tempo para expor? Porque isso é meio importante. O coordenador geral, secretário de planejamento Mauro Gomes Piauí, diz: Foi uma falha nossa guando fizemos o regulamento, nós não colocamos os prazos. Mas, é porque geralmente audiência é só perguntas por escrito mesmo, mas como a gente está no ambiente democrático nós abrimos para a oralidade também. Mas, vamos procurar ser sintéticos, os três minutos de praxe. O senhor Jonathan da Mata diz: Beleza! É importante saber, vou cronometrar aqui para não passar. Boa noite! Meu nome é Jonathan da Mata, sou cidadão de Barra do Garças. Algumas coisas acabaram me vendo a mente durante a exposição, que foi muito boa por sinal, falou critérios técnicos e isso é importante. Já queria salientar bastante a importância que era ter o representante oficial do prefeito ou mesmo o prefeito nessas situações. Ele não está aqui, isso não é bom. E a publicidade da audiência também foi fraca, tanto é que tem pouca gente do povo aqui, isso também não é bom. A gente precisa melhorar essas coisas. Dito isso, eu vi no critério da apresentação que o principal ponto ou um dos principais é a segurança. Eu moro em Barra do Garças e se Barra do Garças tem problema de segurança não é porque aqui está escuro. Aqui não está escuro, isso é fato. Eu moro aqui, vivo aqui, ando, e eu não moro num lugar tranquilo não, moro lá no Novo Horizonte e a criminalidade lá é até alta, e mesmo assim ainda não é por causa de iluminação. Lâmpada LED obviamente é melhor do que lâmpada de gás, todo mundo sabe disso. A iluminação é melhor e de melhor qualidade, não há dúvidas disso. Só que eu tenho minhas ressalvas quanto à necessidade de estar concedendo esse serviço. Eu acredito que a própria prefeitura conseguiria fazer isso com alguém empenho com certeza, porque a economia gerada disso poderia ser revestida em uma redução da taxa de iluminação pública, que seria de muito valor para o nosso povo, diminuir a taxa de iluminação pública. Do jeito que está, pelo menos o que eu entendi, é que não haverá redução na taxa de iluminação pública de maneira alguma. Ela só não vai



685 686

687

688

689

690

691

692693

694

695 696

697

698

699

700

701

702703

704

705

706707

708

709710

711

712

713

714715

716

717

718

719 720

721

#### Estado de Mato Grosso Câmara Municipal de Barra do Garças Palácio Vereador Dr. Dercy Gomes da Silva



aumentar. Foi isso que eu entendi, se eu tiver errado, por favor alguém me explique. E outro ponto muito importante, a empresa que vencer essa licitação precisará ter o dinheiro e esse dinheiro poderá vir inclusive do BNDES, que curiosamente é dinheiro público financiando obra para poder. Não faz sentido. A gente poderia conseguir por meio de esforços dos nossos administradores, fazer esse esforço aí e ter uma redução no valor da tarifa para o nosso povo. Quer dizer, dinheiro está tão difícil, salário em termos práticos vem encolhendo e não aumentando. Então, tentar fazer alguma economia seria bom. Do ponto de vista administrativo, falar que não consegue é basicamente assinar um atestado de incompetência. A gente sabe que é possível fazer. Muito obrigado! Era mais isso que eu ia falar. E claro, não podemos esquecer que a gente teve aumento na taxa de energia esses dias. Teve aumento com a ideia de que era momento de ter esse aumento para poder manter a coisa e tudo, e agora a gente está tentando fazer uma concessão. Eu acho desproporcional. Obrigado! O vereador Dr. Neto diz: Boa noite a todos! Boa noite Mauro, quero parabenizá-lo pelo condução da mesa. Boa noite a todos presentes. Eu li o contrato e não entendi algumas situações aqui. Primeiro, eu vi lá que tem a contraprestação será ajustada anualmente nos preços permitido por lei de acordo com a variação do IGP-M ou intersetorial de preço. Então, o que vai passar para empresa é a CIP, certo? Mas, ela não vai ser nunca ajustada essa CIP em trinta anos? Ou ela vai ter um ajuste e se tiver quem vai regular esse ajuste? Estou falando da porcentagem. E outra coisa que é um problema sério aqui, Mauro e todos aqui, que a gente enfrenta na câmara municipal é a questão: o posteamento não é com vocês, é com a rede Energisa e nós temos muita reclamação quanto a isso. Às vezes, as pessoas compraram alguns lotes e ainda estão meio que escondidos. São locais, Jairo, que tem poucos moradores. E, às vezes, a gente pede aqui, muitas vezes moradores procuram os vereadores, para que ela faça, coloque esse poste e a fiação, que vai ser ela que vai ter que colocar e isso é uma demora muito grande. Eu não sei se tem gente da rede aqui que representa. Tem algum da rede aqui representando? Foi convidado, mas não veio. E aí é um problema porque se eles não colocarem esse poste e esse cabeamento, a coisa não anda, a energia não vai. Particularmente, eu sou favorável à PPP, que é a parceria público-privada. Nós temos muitos bairros aqui em nossa cidade, eu sinto ali próximo a Faculdade Cathedral, por exemplo, muito mal iluminado e o entorno do anel viário que está vindo aí. Eu acho que a prefeitura, infelizmente, não tem condição hoje de ter esse aporte financeiro por várias questões. E eu acho que a empresa poderia "sim" ter esse aporte. Mas, eu acho também essa concessão de trinta anos um pouco longa. Eu acho que trinta anos é um pouco longo. Essas duas questões que eu falo: sobre esse aumento do IGP-M



723724

725

726

727728

729

730731

732

733734

735

736

737

738739

740741

742

743

744745

746

747748

749

750

751

752753

754

755

756

757758

759

# Estado de Mato Grosso Câmara Municipal de Barra do Garças Palácio Vereador Dr. Dercy Gomes da Silva



que eu li; e outra questão que eu não entendi, que o senhor falou do teto máximo de quinhentos e poucos reais. Eu realmente não entendi aquele teto máximo ali, já porque vai ser na CIP que vai ser pago, aí eu fiquei sem entender. São só essas duas questões. O senhor Álvaro diz: Vereador, obrigado pelas perguntas, colocações. Vou responder na ordem inversa, vamos começar pela CIP. A questão da CIP é uma questão quase que lógica, ela é a base de todo contrato. Quando você quer fazer um contrato, o município principalmente como um poder público, conforme a lei de responsabilidade fiscal, é obrigação do gestor verificar quanto ele dispõe para gastar naquele contrato. O que o município dispõe de recursos para gastar com iluminação pública é esse valor aqui, valor mensal de quinhentos e trinta e dois mil reais. Essa é a disponibilidade do município, é a soma de todos os pagamentos de CIP de todos os cidadãos do município, é o valor que a Energisa repassa mensalmente para o município e que ela arrecada dos contribuintes via conta de energia elétrica. Tem gente que paga três, seis, nove, as empresas maiores e as casas maiores pagam mais caro. Ele é proporcional, o tributo aqui em Barra do Garças é relativamente justo. Estou falando relativamente porque na minha opinião não existe tributo justo, mas ele é relativamente justo aqui. Ele vai conforme o poder de contribuição de cada um, tanto residências quanto comércios e indústrias. Quem é maior paga mais. Nessa lógica, essa disponibilidade mensal tem que atender duas equações: primeiro, a energia elétrica. Sem energia elétrica a iluminação não funciona. Então, a ideia é que se gaste o que se gasta hoje, mas passe a se gastar, o que você pode ver aqui, quase um quarto do valor, 25% do valor. A economia de energia elétrica prevista é da ordem de 70% com a substituição pelo LED. E o pagamento da empresa contratada subindo conforme a economia de energia vai se verificando. Então, o valor da soma do que se paga com que se gasta de energia sempre tem que dar a disponibilidade. O município nunca pode gastar mais do que arrecada. Na questão de atender locais onde não tem iluminação, o posteamento está passado e não tem iluminação, foi previsto uma quantidade de 2.500 luminárias a mais do que existe hoje como obrigação da empresa contratada, para que essas 2.500 luminárias supram esses locais que você está falando que hoje não tem iluminação. Então, são aquelas quadras que tem uma lâmpada colocada lá no meio, porque quando Energia faz a extensão de rede, ela é obrigada a pôr. Mas, como ela não é mais a que conduz a manutenção, nem arrecada mais com a iluminação pública, como era antigamente. Antes esse dinheiro aqui ia para ela, hoje não mais, hoje vem para o município. Então, ela não coloca a contento. Mas, o município previu 2.500 luminárias a mais para poder fazer frente a essa demanda reprimida e deixar a cidade 100% iluminada. E a outra questão era da variação da CIP. O índice IGP-M, o que acontece? Esse



761762

763

764

765

766

767

768769

770

771772

773

774

775

776 777

778779

780

781

782

783

784

785

786

787

788

789

790791

792

793

794

795 796

797

#### Estado de Mato Grosso Câmara Municipal de Barra do Garças Palácio Vereador Dr. Dercy Gomes da Silva



número aqui, essa arrecadação aqui sofre, como todo preço público, tributo, contribuição, pagamento de tarifa, conta de energia, conta de água, etc., que são preços públicos, elas têm reajuste anual. Todo ano tem uma data onde ocorre um reajuste. A contribuição de iluminação pública tem o mesmo reajuste da energia elétrica, quando a energia elétrica sobe, a contribuição sobe a mesma coisa e o reajuste da energia elétrica é uma salada de preços, mas em resumo é muito próximo do IGP-M. Por isso que no contrato se colocou o índice de reajuste pelo IGP-M, porque ele é muito próximo. Então, o que a contribuição de iluminação pública aumentar, também vai aumentar a remuneração da contraprestação. O vereador Dr. Neto diz: Alterar os índices, não é? O senhor Álvaro diz: Não! Existe uma proporcionalidade. O coordenador geral, secretário de planejamento Mauro Gomes Piauí, diz: Só para explicar, viu Neto e cidadãos, essa questão. O município não vai aumentar porque a cobrança da iluminação pública é feita sobre seu consumo. Então, o que acontece? Se você consome cem, você vai pagar X por cento sobre isso. Quando o governo federal, todo ano ele aumenta o custo de energia, então aí vai aumentar logicamente o valor da contribuição da iluminação pública por conta do governo federal. Quando ele colocar lá a bandeira vermelha, aí fica mais aquele valor, também pode subir. Então, é isso que se refere. Nós não aumentaremos mais. Em relação ao que o Jonathan está questionando, realmente nesse primeiro momento não vai ter a diminuição, mas ao final do contrato, quando nós recebermos o parque e tivermos implementados, aí sim nós podemos ter, já tudo com a manutenção, aí nós temos condições de fazer o investimento. Por que qual investimento que será feito no município, não é Álvaro, depois, se está tudo pronto todos com iluminação LED? É só a expansão maior. Nós vamos receber isso, nós temos condições e só podemos investir na iluminação pública, nós temos condições de fazer esse ressarcimento para o cidadão. Agora nesse primeiro momento, como está ali, o investimento é muito grande. Como o município não tem condições, nós temos que buscar esse parceiro privado para fazer isso e aí nós temos que dar essas garantias para ele, porque senão não vai vir ninguém para fazer esse investimento aqui. O senhor Felipe Augusto diz: A primeira pergunta aqui que eu não acho que ficou muito claro. Meu nome é Felipe Augusto. Qual é o tempo da concessão? O coordenador geral, secretário de planejamento Mauro Gomes Piauí, diz: Trinta anos. O senhor Felipe Augusto diz: Trinta anos. Esse primeiro momento, que não está deixando claro, é trinta anos. Infelizmente, alguns de vocês nem vivos mais estarão. Sem querer citar nome de ninguém, mas o pessoal mais velho não vai conseguir aproveitar ou os mais jovens por acidente ou por acaso. Trinta anos não é um tempo muito pequeno. Eu acredito que a apresentação técnica do projeto foi muito boa. Eu acredito que a questão da



800

801

802

803

804

805

806 807

808

809 810

811

812

813

814

815

816817

818

819

820

821

822

823824

825

826

827

828829

830

831

832

833834

835

# Estado de Mato Grosso Câmara Municipal de Barra do Garças Palácio Vereador Dr. Dercy Gomes da Silva



segurança você tem uma melhora. A questão da economia de energia você tem uma melhora. Mas, o município em si só vai ver a melhora primeiro da ambientação e da possível melhoria da segurança pública, porque essa economia financeira é só depois de trinta anos. Não seria mais interessante uma discussão com a sociedade melhor e uma possível implantação de um projeto pegando essa mesma CIP de formas pequenas, começando em pequenas áreas e expandindo, que num tempo, se a gente for fazer um análise financeira, em dez, doze anos a gente consegue fazer esse mesmo processo, que a gente vai demorar trinta anos para ver o resultado, e podendo logicamente abaixar a CIP antes, muito antes desse previsto. O resultado é imediato. Sim! Dois, na verdade, pelo tempo de projeto. Então, por isso que eu acredito que é importante uma discussão social sobre o que o pessoal acha importante: a manutenção da taxa ou a redução da taxa e fazendo o processo de forma gradual e pra gente ter essa economia daqui trinta anos. Porque para mim, pelo menos como lojista, como muitas pessoas aqui que teve essa mudança para LED, você vê a economia de energia, para mim é o fato mais importante, principalmente nesse momento econômico que a gente está vivendo, que politicamente falando a gente não sabe quando vai se resolver. Só isso, obrigado! O coordenador geral, secretário de planejamento Mauro Gomes Piauí, diz: Fazer um primeiro momento da resposta em relação a isso e só para esclarecer também a questão dos trinta anos. Quando falou no primeiro investimento é porque os estudos que se tem feito hoje é que uma lâmpada de LED dura cinquenta mil horas. Então, isso dá mais ou menos quinze anos. Então, quando você coloca ela lá, ela fica sem queimar, se tudo ocorrer nas condições normais de temperatura e pressão atmosférica, quinze anos. Então, a empresa vai fazer toda a implementação num ano para ficar os quinze anos. Depois dos quinze anos, ela tem que novamente trocar todas as luminárias. Então, isso é a previsão do contrato para ele entregar depois o parque. Acontece, inclusive quando nós estávamos no grupo de trabalho que estava escolhendo o projeto e tem um projeto que falou isso, que daqui, por exemplo, quinze anos as luminárias de LED serão outras, porque a tecnologia vai se desenvolvendo e estamos evoluindo. Pode ocorrer que ela não vai durar mais só quinze anos, vai durar trinta. E se o parceiro público-privado quiser antecipar e colocar uma lâmpada melhor, que economize até mais, ele vai colocar, fazer esse investimento. E aí pode haver e está previsto no contrato também, no edital, se vocês quiserem ver lá, de antecipação, de mudança do contrato, para que a gente melhore de uma forma ou de outra, desde que seja consensual entre as duas partes, porque é responsabilidade dos dois lados. Mas, eu acho importante. E no estudo que foi feito pensou nisso também, viu Felipe, a questão do município fazer o investimento, nós não podemos fazer até



837

838839

840

841842

843

844

845

846

847848

849

850

851

852853

854855

856

857

858859

860

861

862

863

864

865

866867

868

869

870

871872

873

# Estado de Mato Grosso Câmara Municipal de Barra do Garças Palácio Vereador Dr. Dercy Gomes da Silva



gradual e nós temos resposta para isso. Se nós quisermos fazer gradualmente, nós vamos, eu acho meio complicado. Mas, o Álvaro, que foi o projetista, pode responder melhor essa questão. O senhor Álvaro diz: Quando você consegue dimensionar quanto dinheiro precisa para fazer determinada coisa, você passa para uma segunda etapa que é como eu vou conseguir viabilizar isso. É a mesma coisa quando você quer comprar um carro zero, você primeiro ver quanto tem de sobra mensal no seu orçamento. Eu tenho mil reais por mês de sobra, meu orçamento me permite comprometer mil reais, não é sobra, a gente sempre compromete uma coisa seguida da outra. Mas, eu tenho mil, aí você vai ver em quantos meses vai poder comprar o carro. Primeiro você ver quanto você tem. Tenho mil. Quanto custa o carro? O carro custa cinquenta mil, com o juros que a financiadora do seu fabricante vai cobrar, você vê que pagando mil vai precisar fazer ele em oitenta vezes. Então, você já chega na concessionária já com o modelo escolhido e já fala até quanto você vai comprar, em quantas vezes vai comprar. A conta aqui, apesar de ser um pouco mais complexa porque envolve não só investimento, mas envolve a prestação de serviço também, porque a gente não pode esquecer que a concessionária a obrigação dela não é só trazer os cinquenta e oito milhões, é fazer a manutenção do parque também, que isso custa mais, num prazo de trinta anos custa um valor muito maior do que cinquenta e oito milhões, fazer a manutenção do parque. A manutenção muitas vezes é mais importante do que o próprio parque em si. Não adianta nada você colocar tudo novo e largar lá. Então, essa questão de quanto tempo precisa para poder o contrato pagar o investimento é uma conta, que é igual ao que você faz quando vai comprar seu carro, e nesse caso a resposta foi trinta anos. É uma resposta matemática. Você chegou à conclusão de que com esse valor que você vai pagar lá para ele, quatrocentos e setenta e três mil, você pode exigir cinquenta e oito milhões de investimento mais o valor da prestação do serviço durante trinta anos. Você primeiro faz o projeto, exato, e com o projeto você chega àquele valor de cinquenta e oito, com o projeto você chega ao valor da manutenção mensal, que é aquele cento e poucos mil. Dentro daqueles quatrocentos e setenta lá tem cento e poucos mil de manutenção mensal, porque a luminária dá problema, a telegestão dá problema, e não é só problema, você tem que ter equipe de plantão. Não adianta, aconteceu um problema e você vai e chama um eletricista, você tem que ter eletricista de plantão. Então, isso custa, caminhão de plantão, eletricista de plantão, etc. A manutenção da iluminação pública não é tão simples. Então, essa conta, o resultado de trinta anos, como você falou ali: "Ah, se o município fizer um esforço e for fazendo de pouco em pouco, a gente acaba conseguindo fazer em dez, doze". Na verdade, se você fizer de pouco em pouco fica mais caro. É



875876

877

878

879880

881

882 883

884

885 886

887

888

889

890 891

892893

894

895

896897

898

899900

901

902

903

904 905

906

907

908

909 910

911

# Estado de Mato Grosso Câmara Municipal de Barra do Garças Palácio Vereador Dr. Dercy Gomes da Silva



muito mais barato você investir logo tudo, se você tiver o recurso, porque o teu prazo de amortização, quando você investe logo numa etapa só, é menor do que se você investir em várias etapas. Porque se você investir um pouco agora, vamos supor que o município diga: eu não vou fazer o contrato, eu vou juntar cinco milhões e fazer uma parte. Então, ele junta cinco milhões e vai lá e faz uma parte, como você falou. Demora aí três anos, junta os cinco milhões, vou fazer cinco bairros, gasto os cinco. Vou demorar mais três anos para juntar mais cinco, vou lá faço mais três bairros. Você vai ver que vai demorar sessenta, setenta anos para fazer, não trinta, porque toda vez que você junta esses cinco milhões, você tem um custo de juntar esses cinco milhões, você tem juros que você está pagando. Ouando você investe tudo no início, imagine qual é o mais caro para você, mil reais hoje ou mil reais daqui a três anos? Eu sei, mas acontece o seguinte, o dinheiro no tempo tem um custo. Espera aí que precisa falar no microfone senão o debate não é público. Pode falar. O senhor Felipe Augusto diz: Então, pelos cinco milhões que você está falando, como eles são arrecadados pela CIP, se você juntar eles daqui três anos são cinco milhões. Pelo que estou entendendo, como a gente tem uma redução de custo, se a gente fosse fazer, por exemplo, uma manutenção da CIP, esses cinco milhões em três anos seriam a valor presente. O senhor Álvaro diz: Não! O senhor Felipe Augusto diz: Sim! Porque o custo diminui. O custo não diminui para implementação em etapas? O senhor Álvaro diz: Valor presente é uma coisa, reajuste é outra. Reajuste é recomposição de preco passado. Quando você está falando teve um aumento de preço de alguma coisa durante o ano, você naquele determinado momento, passados os doze meses, reajusta para cobrir a mudança que aconteceu no ano passado. Valor presente é você descontar a taxa que o seu dinheiro recebe para ele ficar parado. Se você tiver a sua economia e deixar parada no banco, ela não recebe uma remuneração? O senhor Felipe Augusto diz: É uma alternativa deixar ganhando renda. O senhor Álvaro diz: Quando você ao invés de deixar esse dinheiro no banco gasta em alguma coisa, você está deixando de receber aquilo que ia receber no futuro. Isso se chama trazer a valor presente. Eu estou trazendo meu dinheiro descontando o que eu ia receber se ele ficasse parado lá. Se ao invés de investir, vamos falar do primeiro ano lá, trinta e um milhões, aqui em Barra do Garças os trinta e um milhões, a contratada deixar os trinta e um milhões parados no banco, ela vai ter trinta e dois, trinta e três, trinta e quatro, trinta e seis, quarenta, etc., a remuneração de uma aplicação financeira. O dinheiro rende com o tempo. Como ela não está deixando, ela está investindo aqui, ela está deixando de ganhar para pôr o dinheiro aqui. Por isso que se você gastar em etapas, você deixa de ganhar muito mais dinheiro do que se você investir de uma vez só. Esse deixar de ganhar é gasto.



914

915

916

917

918

919

920 921

922

923924

925

926

927

928

929

930 931

932

933

934935

936

937 938

939

940

941

942943

944

945

946

947 948

949

# Estado de Mato Grosso Câmara Municipal de Barra do Garças Palácio Vereador Dr. Dercy Gomes da Silva



Entendeu? Então, se você ao invés de fazer em uma vez só, fizer uma agora, uma daqui a três anos, etc., o juros desse dinheiro te come pelas pernas. O senhor Felipe Augusto diz: Na minha visão, esse reajuste que você está falando que estou deixando de ganhar, vou estar pagando pelos reajustes do IGP-M. O senhor Álvaro diz: Não! IGP-M é recomposição de preço passado, é o que aumentou. O eletricista todo ano não tem um reajuste no salário dele? O senhor Felipe Augusto diz: Sim! O senhor Álvaro diz: Isso aí é recomposto com o IGP-M. A lâmpada não tem um 'aumentozinho' lá? Ela custa cem, depois custa cento e dois um ano depois. Isso é recomposto pelo IGP-M. IGP-M é reajuste, não é valor do dinheiro. O valor do dinheiro é o valor que você deixa de ganhar se você gastar o dinheiro. Então, é uma conta financeira e a matemática financeira, apesar dela ser obscura, as vezes, é muito correta, precisa. Se você quiser comprar um negócio que custa cinquenta e oito milhões, que é o que o município quer comprar, ele quer dar para a população cinquenta e oito milhões em benefício na iluminação pública, se ele pegar de um investidor privado, podia ser público também, aqui não tem impedimento de uma empresa pública entrar no contrato, de repente a Eletrobras, que é pública, ou uma outra pública qualquer participa da licitação e ganha, é público, também é dinheiro público, não tem vedação quanto a isso. É uma empresa, alguém que vai ganhar o contrato. Essa empresa vai gastar trinta e um milhões numa tacada só e vai receber ao longo do tempo X mês que nós estamos vendo ali. Dentro dessa remuneração que ela vai receber, evidentemente ela tem que ganhar mais ou igual ao que se ela deixasse o dinheiro parado, senão ela deixa o dinheiro parado. Então, você tem que dar um benefício para ela. E qual benefício que ela traz em troca? O fato de fazer tudo à vista, coisa que o município não poderia fazer. Poderia fazer só como você falou, de três em três milhões a cada três anos. O senhor Felipe Augusto diz: Então, é por isso que eu falei, não necessariamente fazer assim, mas abrir uma discussão pública. O senhor Álvaro diz: Mas, nós estamos aqui para isso! O senhor Felipe Augusto diz: Aqui não parece uma discussão pública, aqui parece uma apresentação de um projeto. O senhor Álvaro diz: Não, não, veja bem! Isso aqui é parte da discussão pública. Vou te explicar como funciona toda a discussão. Você tem aqui os números macro, grandes. No edital que está em consulta, que está disponibilizado no site da prefeitura, você tem o detalhamento, todo o detalhamento. Lá você tem um espaço inclusive para apresentar sugestões. Quando terminar a fase de consulta, e hoje também tem possibilidade de mandar consulta por escrito, amanhã ou depois, no gabinete do secretário Mauro, vai ser feito um levantamento de todas as sugestões, mais o trabalho que já foi feito, para soltar um edital melhorado. O edital que está lá é um edital proposto, sugerido. Isso aqui que nós estamos



951952

953

954

955956

957

958 959

960

961 962

963

964

965

966

967

968 969

970

971

972973

974

975 976

977

978

979

980 981

982

983

984

985 986

987

# Estado de Mato Grosso Câmara Municipal de Barra do Garças Palácio Vereador Dr. Dercy Gomes da Silva



dizendo para vocês é a sugestão do município, o estudo que o município fez e entendeu que é a melhor solução. Mas, pode não ser a melhor. Para isso que nós estamos aqui com esse debate público e a consulta pública também é um debate público, só que não é olho no olho, é por e-mail. Mas, pode até virar olho no olho se o assunto se tornar relevante. Pode até ser convocada reuniões, etc. Mas, aqui a gente está atendendo à uma questão de publicidade, mais do que técnica. Não é o local pra gente fazer uma discussão mais elaborada, mas a discussão mais elaborada pode ser feita, não tem problema nenhum. E tem uma outra questão importante que é: na licitação, por se tratar de uma licitação de menor preço, vamos supor que a empresa entenda que consegue fazer com trezentos mil por mês. Quatrocentos e setenta e três é muito. Eu trago cinquenta e oito milhões aqui, faço a manutenção ao longo dos trinta anos, mas eu quero cobrar trezentos mil só. Pode acontecer. A gente vê várias licitações aí que o pessoal dá 50% de desconto. Tem acontecido. O município recebendo uma proposta de trezentos mil, o que ele vai falar para a empresa? Ao invés de eu te pagar trezentos mil durante trinta anos, vamos diminuir o prazo do contrato para dez ou doze, a conta econômicofinanceira vai dizer, e eu vou te pagar quatrocentos e setenta e três. Isso chama trocar dinheiro por prazo, dá para fazer isso na matemática financeira, e o prazo do contrato pode cair conforme o lance que a empresa der. Entendeu? Porque o município tem os quinhentos e trinta e dois, então ele não precisa gastar só trezentos. O que acontece, como ele estava falando no começo, por que não dá economia da CIP agora para as pessoas? A economia da CIP, para o município, não para as pessoas, porque o município está acima das pessoas, é rápida. Trinta anos em termos de poder público é muito rápido. Você deve ter em torno de trinta anos de idade, passou todas as decisões desde a época que o Collor foi eleito, trinta anos, e parece que foi agora. Os mais antigos aqui igual a mim. O senhor Felipe Augusto diz: Questão de rápido é um pouco subjetivo. Tem outro projeto de exploração do Rio, que o prazo para acabar com o rio é de quarenta anos. Estão dizendo que vai demorar muito. O senhor Álvaro diz: Veja bem! Em termos de poder público, trinta anos é um piscar de olhos, é muito rápido porque o poder público tem obrigação de pensar no longo prazo. A gente pensa no curto prazo porque a nossa vida é curta, mas a vida do município é muito longa. O senhor Felipe Augusto diz: Perfeito, mas o poder público é feito para servir o povo, correto? Então, acredito que a opção mais ideal para o povo é a melhor e quem decide isso ninguém melhor que o povo. O senhor Álvaro diz: Não, o povo escolhe os administradores para decidir por eles em certas questões mais técnicas. Mas, essa possibilidade que estou te falando, que é bem real de acontecer de haver um desconto expressivo naquele valor, vai fazer com que aconteça isso que você está



990 991

992

993 994

995

996

997

998

999 1000

1001

1002

1003

1004

1005

1006 1007

1008

1009

1010

1011

1012

10131014

1015

1016

1017

1018

1019

1020

1021

1022

1023 1024

1025

# Estado de Mato Grosso Câmara Municipal de Barra do Garças Palácio Vereador Dr. Dercy Gomes da Silva



falando, o prazo vai diminuir. Quando diminui o prazo, mais rápido vai a economia de CIP para o bolso dos contribuintes. O senhor Felipe Augusto diz: Isso aí vai ser escolhido pelos representantes, certo? O senhor Álvaro diz: Não! A licitação é pública. O senhor Felipe Augusto diz: Então, mas a partir do momento que são enviadas as propostas, os representantes que vão escolher, por exemplo, se tiver uma equivalência entre prazo e preços, qual a proposta mais adequada. O senhor Álvaro diz: Não! O critério é o menor preço. O critério é só um, menor preço. Mas, com o menor preço você pode encurtar o prazo. O senhor Felipe Augusto diz: Exatamente! Então, como o critério é só menor preço, que também não sei se deveria ser assim, deveria ouvir a população para ver qual opinião do povo. Eu estou expressando a minha opinião que pode ser contrária do povo. Eu acredito que faltou um pouco do papel, caso essa era para ser uma audiência pública, da comunicação um pouco mais expressiva como o Jonathan comentou. O senhor Álvaro diz: Mas, é o que está sendo feito aqui. A maneira correta, legal e institucional para fazer isso é essa que nós estamos fazendo. O senhor Felipe Augusto diz: Legal sim, mas eu não acho que todos os interessados ou parte dos interessados que viriam estão aqui hoje. Não sei se foi falta de comunicação. Eu fui um pouco mal comunicado, falha minha também. Eu fui até lá na prefeitura e vi dois casais de idosos passando por lá achando que a audiência ia ser lá. O senhor Álvaro diz: O poder público dispõe de certos instrumentos para chamar a população e os instrumentos corretos são a consulta e a audiência. Essa é a maneira do poder público se comunicar com a população em geral e é o que o poder público está fazendo. A mestre de cerimônia, Maria Auxiliadora da Silva Garção, diz: Só uma questão de ordem. O debate está legal, é isso mesmo, só que penso que o tempo destinado foi combinado três minutos, não é isso? O coordenador geral, secretário de planejamento Mauro Gomes Piauí, diz: Só para esclarecer em relação à publicidade da audiência, nós fizemos a convocação por escrito para várias entidades, como foi dito, mais de cinquenta entidades, se não me engano. Todas as entidades de classe nós convocamos, sindicatos, associações, clubes, CDL, OAB e tal, colocamos nas redes sociais da prefeitura do município, demos entrevista também em rádio e televisão e publicidade nos órgãos oficiais do governo. Eu até pensei e falei: vamos colocar um serviço altofalante. Mas, depois falei não, eu acho que está bem. Mas, realmente o que está faltando, Felipe, é mais trabalho desse tipo. Quanto mais audiência pública nós fizermos, a população vai participar. O que falta, o que está faltando é esse costume, hábito que nós vamos sempre procurar desenvolver e aí a partir daí o povo vai participar. Eu já fico satisfeito com esse número aqui porque nós já fizemos audiência pública com menos pessoas, dez, nove pessoas infelizmente. A



1027 1028

1029

1030

1031

1032

1033

1034

1035

1036

1037

1038

1039

1040

1041

1042

1043

1044 1045

1046

10471048

1049

1050

1051

1052

1053

1054

1055

1056

1057

1058

1059

1060

1061 1062

1063

#### Estado de Mato Grosso Câmara Municipal de Barra do Garças Palácio Vereador Dr. Dercy Gomes da Silva



mestre de cerimônia, Maria Auxiliadora da Silva Garção, diz: Mauro, só complementando, todas as associações de moradores de bairros receberam convites. A união de moradores também recebeu. Quer dizer, em termos de publicização da audiência isso foi feito, porém nós enquanto comunidade estamos devendo a nossa participação. É isso que a gente sente como público, como comunidade. O papel da secretaria de planejamento e administração, que eram responsáveis, foi feito. Nós encaminhamos para as escolas, creches. Quer dizer, foi feito todo esse encaminhamento, no entanto ainda tivemos uma resposta muito pequena, vamos colocar assim, conforme o colega acabou de citar, a falta da população está participando de um assunto tão importante que envolve toda a população. O senhor Welinton Flores disse: Welinton Flores aqui falando. Qual foi o prazo dessa publicidade? A primeira pergunta para ti. A outra pergunta, o tempo de divulgação disso? O tempo de concessão é longo, eu acho que pode ser reduzido para vinte anos porque fica mais adequado. Em relação à expansão, o Neto fez a pergunta dos bairros novos mais afastados que está tendo novos loteamentos e vão ter mais nesse período. Barra do Garças em dez anos expandiu aí em torno de 30% em relação a urbanização dos lotes afastados, e vai crescer nos próximos dez mais 30%. Então, a gente tem que analisar isso, essa parte de expansão a empresa não colocou e a concessão está mais longa do que aquilo que ela vai apresentar. Fiz alguns cálculos também aqui no meu celular e percebi que tem um valor muito bom em relação aos recursos para a empresa. Concordo que com preço de imediato a empresa vai conseguir valores melhores e tal, mas a gente tem que saber e deixar mais claro isso e saber quantas audiências ainda vão ser programadas para consiga aclamar a maior parte das classes envolvidas aqui na sociedade civil de Barra do Garças. Essas são as questões. O senhor Sérgio diz: Boa noite! Sou Sérgio. Eu gostaria de saber após trinta anos, eu sou da área de elétrica, qual a garantia que essa empresa vai dar de quanto tempo esse sistema vai funcionar perfeitamente? São trinta anos, ali o sistema já vai estar bem gasto. Após esses trinta anos tem alguma garantia ou chegou os trinta anos a empresa entrega o parque para a prefeitura e a prefeitura se responsabiliza? Porque com quinze anos, como ele citou, a empresa vai ter que trocar essas lâmpadas, formando mais quinze chega aos trinta que a empresa vai entregar o parque. Tem garantias após os trintas anos ou não? O coordenador geral, secretário de planejamento Mauro Gomes Piauí, diz: Vou responder e passar essa parte para você Álvaro nessa questão da entrega. Em relação ao Welinton Flores, a publicidade, você falou mais de sugestões. Então, está lá no site o contrato direitinho, nós abrimos dia primeiro, dia primeiro ou dois de fevereiro que nós abrimos a consulta pública. Fizemos a publicação, colocamos o aviso lá no site e



1065 1066

1067

1068

1069

1070

1071

10721073

1074

10751076

1077

1078

1079

1080

1081

10821083

1084

1085

1086

1087

1088

1089 1090

1091

1092

1093

1094 1095

1096

1097

1098

1099 1100

1101

# Estado de Mato Grosso Câmara Municipal de Barra do Garças Palácio Vereador Dr. Dercy Gomes da Silva



ele vai ficar aberto até o dia 05 de março para sugestões de todos os tipos, inclusive essas de vocês, é só mandar no e-mail da secretaria de planejamento, SEPLAN, faz a identificação que aí temos a nossa equipe lá do planejamento, administração, secretaria de obras, serviços públicos, nós vamos analisar junto com a administração e vamos responder se vai ser acatado ou não. Porque logicamente a audiência é para isso, para abrir sugestões para melhorarmos o projeto e o projetista está aqui para isso, para ouvir as sugestões que nós já estamos combinados. Em relação à audiência pública, não está previsto mais nenhuma audiência pública porque agora vai depender da comunidade requerer isso. Agora, nada impede que se peça nova audiência para fazer uma discussão maior, não tem problema não. Em relação à questão da entrega, acho que o Álvaro pode responder melhor. O senhor Álvaro diz: Resposta curta, cinco anos. Depois do término do prazo da concessão, a garantia pós-contrato é de cinco anos. Lógico que quando uma empresa está prestando o serviço e é responsável pelas luminárias que implantou, ela é responsável por tudo, pelo serviço e pelas luminárias. A partir do momento que ele entrega, cessa a responsabilidade dela pela manutenção, mas caso seja encontrado algum defeito de fabricação coberto por garantia. O que exclui garantia? Raio exclui garantia. Mas, a lâmpada tem um protetor de surto lá que custa trinta reais e é só trocar ele e, se você é da área da elétrica, você sabe que é um protetor de surto. Você troca ele e a lâmpada fica integra, é só trocar o protetor de surto. Mas, a garantia de funcionando do conjunto LED, mais chip, luminária, driver, é cinco anos além do término do contrato. Termine o contrato quando terminar. Pode acontecer o caso, como nosso colega aqui estava sugerindo, se o preço for menor o prazo vai ser menor. Você pode trazer o contrato para vinte e cinco anos. Isso se chama reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e no caso o município pode pedir. Se o contrato terminar com vinte por uma contraprestação menor, ele vai ter que dar garantia até os vinte e cinco. Se terminar com trinta, ele tem que dar garantia até os trinta e cinco. Cinco além sempre. Ah, desculpa! A gente empolga num assunto e esquece do outro, mas esse assunto da expansão é um empolgante também. Quando você tem expansão de novas áreas com iluminação pública, qual é a base de contribuintes da CIP? São os moradores, as residências e comércios servidos pela iluminação pública. Então, vamos supor que você tenha um novo bairro, esse bairro vai ter mais mil pontos de iluminação, é um bairro grande, um loteamento grande, etc., vai ter mais mil pontos de iluminação. A concessionária foi contratada no começo para fazer a manutenção de doze mil, como você viu lá, doze mil e quinhentos, com mais mil vai passar a ser treze mil e quinhentos. Independente do que acontecer, você falou daqui a dez anos Barra do Garças vai estar 30% maior. Isso é fato! Talvez até





mais. Mato Grosso se transformou num polo de atração de investimento e 1102 consequentemente de pessoas. Todo aumento da rede de iluminação pública, que 1103 1104 implica em aumento vegetativo de necessidade de investimento em manutenção, é acompanhado por um aumento do número de contribuintes da COSIP. Hoje, 1105 vamos supor que o município tenha cinquenta mil pessoas que contribuem entre 1106 física e jurídica, dá esse valor de quinhentos e trinta e dois mil. Com o aumento 1107 vai passar a ter sessenta, setenta mil contribuintes. Lógico que aqueles trinta e 1108 dois mesmo não tendo aumento individual, quem paga oito vai continuar pagando 1109 oito, quem paga dez vai continuar pagando dez, aquele bolo vai aumentar. Com o 1110 aumento do bolo você aumenta a contraprestação da concessionária para que ela 1111 tome conta de um parque de treze, quatorze, quinze, e não mais de doze, entendeu? 1112 A conta é proporcional porque a CIP é proporcional ao número de contribuintes e 1113 1114 ao número de lâmpadas, entendeu? Então, com o tempo, o contrato daqui a trinta anos, em número de hoje a valor presente, o que ela vai receber não vai mais ser 1115 os quatrocentos e setenta, vai ser seiscentos, por exemplo. Só que ela vai estar 1116 tomando conta de um parque com dezesseis mil luminárias, não doze mais, 1117 entendeu. Então, existe essa proporcionalidade que vai ser recomposta ao longo 1118 do contrato à medida que o crescimento vegetativo for acontecendo, entendeu? O 1119 vereador Dr. Neto diz: Álvaro, a gente as vezes fala em iluminação pública e fica 1120 1121 lembrando só da rua e a Barra é uma cidade turística, tem praças, e em trinta anos eu quero crer que a gente vai ter aqui a Beira Rio, que a gente vai ter novas praças, 1122 o contorno do anel viário. Está previsto pela empresa algum tipo de iluminação 1123 diferente? Por exemplo, o Cristo, uma iluminação diferente para o Cristo ou a 1124 praça, para não ficar tudo igual. E se vocês irão bancar esse projeto? Por exemplo, 1125 há possibilidade Outubro Rosa nós iluminarmos o Cristo de rosa. Novembro Azul 1126 o Cristo ser azul. E algumas praças a mais de algumas outras cores e pode surgir 1127 novas ideias. A empresa tem isso? Ela pode nos ajudar? Natal, por exemplo, nós 1128 precisamos fazer uma iluminação diferente nas ruas aqui do centro, que atrai o 1129 turista e a loja vende mais. Então, o município sempre faz isso, com toda 1130 dificuldade a gente enfeita esse centro aí. Há essa possibilidade da empresa 1131 também nos ajudar com a parte turística e para o comércio, natal, de fim de ano, 1132 nessas questões? O senhor Álvaro diz: Vereador, muito boa a pergunta. Obrigado 1133 por uma questão que a gente sempre se esquece de coisas importantes e você só 1134 se arrepende depois. Essa questão de iluminação paisagística, monumental, 1135 iluminação de destaque, iluminação festiva, está toda coberta pelo contrato. O 1136 vereador Dr. Neto diz: O projeto também, não é, de vocês? O senhor Álvaro diz: 1137 1138 Todos os projetos executivos. Nosso não, eu sou só o modelador. O que acontece? O município tem algumas questões de iluminação pública que não são exatamente 1139



1141 1142

1143

1144

1145

1146

1147

1148 1149

1150

11511152

1153

1154

1155

1156

1157

11581159

1160

1161

1162

1163

1164

1165

1166

1167

1168

1169

1170

1171

1172

1173

1174

1175 1176

1177

#### Estado de Mato Grosso Câmara Municipal de Barra do Garças Palácio Vereador Dr. Dercy Gomes da Silva



só a questão de iluminar uma rua. Tem destaque de monumento, áreas verdes e áreas de interesse turístico como, por exemplo, montanhas, etc. Eu já vi casos em que o município quer que ilumine uma montanha. Pois é! Toda essa iluminação de destaque, esse projetor que você citou aí que muda de cor se chama projetor RGB, é uma luminária que varia a cor que você quiser. Ela tem um rente de cores e varia a cor que você quiser. Então, toda essa iluminação está prevista no escopo contratual. Se vocês observarem na minuta de edital, que está disponibilizada no site, existe um anexo que é o anexo um, que é o de especificação técnica e projeto básico, lá tem todas as obrigações da concessionária. Então, vai desde realização de projeto executivo de tudo para determinar qual é a luminária adequada para aquela situação e fornecimento, seja histórica, de destaque, colorida, variável, tanto de rua quanto de praça, e a iluminação de eventos festivos. Foram colocados três eventos no contrato, que é mais ou menos a média do que o município tem de eventos expressivos por ano que precisam de iluminação. Então, basicamente o mais importante, em termos de comércio e movimentação de pessoas até porque normalmente feriado, é o natal. Depois têm outros dois eventos que o município vai poder escolher, que são obrigação da empresa contratada de fornecer toda iluminação desses eventos festivos. Então, está coberto pelo contrato toda essa questão. A ideia, vereador, é a seguinte: eu estou lhe pagando aquele valor e tudo que for da iluminação pública está coberto naquele preço. O município não quer ter nenhum gasto a mais com iluminação pública. Lógico que é impossível colocar num contrato a palavra "tudo que tiver coberto". Contrato juridicamente não pode ser assim, a gente sabe disso. Mas, para isso existe, se vocês observarem lá no edital, mais uma vez, é importante isso aí, existe um anexo que talvez seja o anexo mais importante de todos no edital, que é o anexo oito que se chama matriz de risco. Nesse anexo está dizendo quais são os riscos que a concessionária está correndo participando dessa licitação e, caso ganhe, seja a contratada, para que no futuro ela não possa alegar: Ah, mas isso aqui que eu fiz não está previsto no contrato. Pode até não estar previsto na especificação técnica, porque a especificação técnica é para a tecnologia de hoje. Como que dá para especificar uma luminária que vai existir daqui a quinze anos? Não dá. É impossível! Por isso a gente faz um instrumento chamado matriz de risco. O risco da luminária, seja qual for ao longo dos trinta anos, é seu. Você assume esse risco e vem brincar? Você vem participar? É risco seu. Então, lá está bem definido e é o anexo mais importante do contrato porque a empresa sabendo do risco que ela tem, ela consegue medir ou não se ela quer participar da licitação ou não, e se aquele valor que está lá é suficiente para ela se remunerar. Então, essas questões valem para o presente e para o futuro também. O coordenador geral, secretário de planejamento





Mauro Gomes Piauí, diz: Gente, vou só lembrar que já está chegando a nossa hora, 1178 o presidente da câmara foi bastante rigoroso em solicitar que a gente cumprisse 1179 1180 horário. Nós já estamos por atraso trinta minutos. Eu quero agradecer a participação de perguntas de vocês aqui. Deixar o nosso e-mail da SEPLAN, está 1181 lá no site da prefeitura www.seplan@barradogarcas.mt.gov.br. Mas, é só você 1182 entrar no site da prefeitura que você vai ver. Eu vou encerrar as perguntas e deixar 1183 as outras dúvidas e sugestões para vocês me enviarem no site. O senhor Konrad 1184 Felipe diz: Posso? O coordenador geral, secretário de planejamento Mauro Gomes 1185 Piauí, diz: Pode sim. O senhor Konrad Felipe diz: Eu sou Konrad Felipe, sou 1186 jornalista aqui da câmara. Eu tenho algumas perguntas aqui. A primeira delas é 1187 qual vai ser o lucro da concessionária? A outra pergunta, existe alguma forma de 1188 não ser cobrada essa taxa da população? Porque eu pego um exemplo da minha 1189 1190 rua. A rua está toda escura, mas mesmo assim eu acabo pagando essa taxa de iluminação. Gostaria de saber se teria como não ser cobrada essa taxa? Quando 1191 vai ser devolvido o parque? Como vai ser a implantação? A responsabilidade 1192 social da empresa, se ela tem alguma responsabilidade social? E se a empresa vai 1193 pagar aluguel da sede? Porque a gente tem muitas empresas terceirizadas no 1194 município que não pagam o próprio aluguel, é a prefeitura que aluga e passa para 1195 a empresa. Outra pergunta é com relação à concorrência internacional. Por que só 1196 1197 agora foi feito uma concorrência internacional, sendo que a gente tem várias licitações dentro da prefeitura e elas acabam sendo de pregão presencial? Existe 1198 a possibilidade de placa solares nos postes? Deixa eu ver aqui. De onde surgiu a 1199 ideia da concessão e quais vão ser os benefícios? Obrigado! O senhor Álvaro diz: 1200 Podemos fazer uma de cada vez? Primeira! Eu não lembro delas, depois de duas 1201 horas falando a gente esquece qualquer coisa. O senhor Konrad Felipe diz: Qual 1202 vai ser o lucro da empresa? O senhor Álvaro diz: 6.75%. O senhor Konrad Felipe 1203 1204 diz: De quanto? Do que? O senhor Álvaro diz: 6.75% do valor que ela receber. Ali! O senhor Konrad Felipe diz: Existe uma forma de não ser cobrada essa taxa? 1205 O senhor Álvaro diz: Não! O senhor Konrad Felipe diz: Quando vai ser devolvido 1206 o parque? O senhor Álvaro diz: Só para esclarecer, a lei municipal, "não" não é 1207 resposta, é resposta de criança, não é? Você tem que explicar o porquê não. A lei 1208 1209 municipal e a própria Constituição Federal prevê que a contribuição, não é uma taxa, é uma contribuição de iluminação pública, pode ser cobrada de quem seja 1210 atendido pelo serviço de iluminação pública. Se o serviço de iluminação pública 1211 existir naquela rua, o município tem direito de cobrar pelo serviço porque ele está 1212 prestando. Se a luminária tiver apagada, o município tem que consertar. No caso 1213 1214 da concessão, exatamente para otimizar esse atendimento e conserto o mais rápido possível essas luminárias apagadas. Com aquele sistema de telegestão, a ideia é 1215





que em doze horas toda luminária que tiver apagada seja recolocada em 1216 funcionamento. O senhor Konrad Felipe diz: Então, como na minha rua eu sou 1217 1218 cobrado e não tenho o serviço, posso reclamar? Como é que eu devo? O senhor Alvaro diz: Você não tem luminária lá ou elas estão queimadas? O senhor Konrad 1219 Felipe diz: Não tem luminária na rua inteira. O senhor Álvaro diz: Se você não 1220 tem luminária e é cobrado, você pode ingressar administrativamente pedindo para 1221 1222 não pagar, isso é fato. O senhor Konrad Felipe diz: Quando vai ser devolvido o parque? O senhor Álvaro diz: Depois de trinta anos. O senhor Konrad Felipe diz: 1223 Como surgiu a ideia da implantação? O senhor Álvaro diz: Pela necessidade do 1224 1225 investimento de cinquenta e oito milhões e o município não dispor desse recurso. O senhor Konrad Felipe diz: Qual é a responsabilidade social no contrato, existe? 1226 O senhor Álvaro diz: Toda. Toda a responsabilidade, inclusive a social. Existe 1227 1228 uma parte lá na matriz de risco, essas suas perguntas estão muito respondidas pela matriz de risco. Dê uma lida com atenção lá, que lá você vai ver que está separado 1229 até por aspecto, projeto, a parte de execução do contrato, quais são os riscos, e 1230 tem a parte jurídica, que tem uma parte social embutido, e a parte ambiental, que 1231 é a parte principal, onde tem o impacto social, quais são as responsabilidades da 1232 concessionária. Mas, em resumo, a nossa modelagem e essa matriz de risco é o 1233 resumo da modelagem, o desejo nosso, objetivo nosso foi que toda 1234 1235 responsabilidade seja da contratada porque senão não tem porque o município fazer a concessão. Se continuar alguma responsabilidade para ele, então não vou 1236 fazer concessão. Eu mesmo vou ficar responsável, entendeu? O senhor Konrad 1237 Felipe diz: A empresa vai pagar o aluguel da sede ou será a prefeitura? O senhor 1238 1239 Álvaro diz: Não, sede paga. Não tem previsão da prefeitura pagar nada. A prefeitura paga só aquele valor lá, mais nada. O senhor Konrad Felipe diz: Por 1240 que só agora a prefeitura abriu uma concorrência internacional? O senhor Álvaro 1241 1242 diz: Aí é a prefeitura que tem que responder, mas como advogado de área administrativa eu posso te dizer que para cada tipo de contratação que a prefeitura 1243 pretenda existe uma modalidade de licitação adequada. A licitação que se usa 1244 normalmente para todas as compras mais frequentes da prefeitura é o pregão, que 1245 é a mais rápida, mais transparente e que tem menos possibilidade de conluio de 1246 empresas, etc., e que dá agilidade que o poder público precisa. Nesse caso 1247 específico, a concessão, qualquer tipo de concessão, só pode ser contratada 1248 através de concorrência e a concorrência tem um prazo maior e uma complexidade 1249 maior, que é o caso aqui. Então, nesse caso não é possível fazer por pregão. Mas, 1250 preferencialmente todos os órgãos públicos são orientados a fazer licitações por 1251 1252 pregão por esses motivos que eu te falei, economia, transparência e rapidez. O senhor Konrad Felipe diz: Então está bom, muito obrigado! O coordenador geral, 1253



12551256

1257

1258

1259

1260

1261

1262

1263

1264

12651266

1267

1268

1269

1270

1271

# Estado de Mato Grosso Câmara Municipal de Barra do Garças Palácio Vereador Dr. Dercy Gomes da Silva



secretário de planejamento Mauro Gomes Piauí, diz: Então gente, só reforçando, no nosso site está lá todo o edital, a minuta, todos os anexos. Vocês, por favor, nos ajudem a melhorá-lo, apresentem as suas sugestões, críticas, que nós vamos ouvir com atenção e procurar melhorar. Logicamente essa é uma etapa que nós estamos concluindo e ainda tem outras etapas, depois ainda temos outros projetos para implementar, e com certeza eu acho que, se tudo der certo, tanto a cidade de Barra do Garças quanto os cidadãos serão beneficiados com esse projeto. Eu quero agradecer aqui, em nome do prefeito Roberto Farias, a presença de todos, a contribuição que engrandeceu muito a gente. Eu fico satisfeito da participação de todos. Então, só isso. Agradecer a presença do vereador Neto, que está firme e forte aqui; representante da Polícia Militar; os cidadãos; moradores, aqui tem uma associação, agradeço; servidores da prefeitura; presidente Iolanda da associação, muito obrigado. Desculpe os outros que eu não conheço. Foi um prazer recebêlos aqui. Os membros da comissão que ajudaram a elaborar esse projeto, muito obrigado. Álvaro, obrigado pela presença, se deslocou de São Paulo até aqui. Então, uma boa noite a todos e até uma próxima oportunidade. Com certeza nós teremos muito mais audiências. Registra-se que a assinatura de todos os presentes foi colhida no Livro Próprio de Frequência de Audiência Pública.